

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Sandra Lia de Oliveira Neves

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE
REGULAR DE ENSINO DE SIMÃO PEREIRA (MG): POLÍTICAS E
AÇÕES PEDAGÓGICAS**

JUIZ DE FORA
2018

SANDRA LIA DE OLIVEIRA NEVES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE
REGULAR DE ENSINO DE SIMÃO PEREIRA (MG): POLÍTICAS E
AÇÕES PEDAGÓGICAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Acadêmico em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone

**JUIZ DE FORA
2018**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Oliveira Neves, Sandra Lia.

A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO DE SIMÃO PEREIRA (MG) : POLÍTICAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS / Sandra Lia de Oliveira Neves. -- 2018. 96 f.

Orientador: Eduardo Magrone

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Alunos com deficiência. I. Magrone, Eduardo, orient. II. Título.

Sandra Lia de Oliveira Neves

**"A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO DE
SIMÃO PEREIRA (MG): POLÍTICAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS"**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:



Prof.(a) Eduardo Magrone - Orientador(a)
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFJF



Prof.(a) Julvan Moreira de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFJF



Prof.(a) Márcio Fagundes Alves
Faculdade Metodista Granbery

Juiz de Fora, 26 de abril de 2018.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e coragem para superar os obstáculos do caminho e alcançar mais essa vitória em minha vida.

Ao meu esposo, José Ricardo e aos meus filhos, Ricardo Estevão, Cérix Ramon e Matheus Felipe pelo apoio e amor incondicional.

As minhas norinhas Livia, Anna Paula e Lara, que sempre me incentivaram nessa caminhada.

Aos demais familiares e amigos, que compreenderam minha ausência durante os dois últimos anos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Magrone, pela compreensão, pela disponibilidade, pelas considerações e comentários precisos.

À Secretaria Municipal de Educação de Simão Pereira, que autorizou a realização dessa pesquisa e viabilizou o acesso aos documentos e as escolas da Rede Regular de Ensino.

Às professoras do município de Simão Pereira que, mesmo diante das inúmeras atribuições, encontraram um tempo para contribuir com essa pesquisa.

A todos, minha eterna gratidão.

A inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo.

Maria Teresa Eglér Mantoan

RESUMO

As políticas públicas voltadas para a inclusão dos alunos com deficiência são questões que fazem parte do contexto escolar da atual sociedade, e requerem atenção especial, para que se possa criar um sistema educacional que atenda as necessidades desses alunos e possibilite a inclusão de todos no âmbito das instituições de ensino. Esta pesquisa teve por finalidade o estudo do processo de implementação das ações educacionais de inclusão dos alunos com deficiência, da Rede Municipal de Educação de Simão Pereira (MG), do Ensino Fundamental I, a fim de avaliar as ações que contribuem para a implementação da educação inclusiva que oportuniza a todos o direito de igualdade de oportunidades. A metodologia teve como base a pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Os resultados obtidos proporcionaram a avaliação dos limites e das possibilidades de efetivação das práticas inclusivas nas escolas municipais de Simão Pereira e a relação entre família e escola, pilar fundamental para o sucesso da inclusão escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Aluno com deficiência.

ABSTRACT

The public politics aimed to the inclusion of the disabled students are questions that make part of the school context in Society nowadays and require special attention in order to create an educational system that attend the necessities of those students and enable the inclusion of everyone at the educational institution's scope. This research's goal was to study the implementation process of the educational inclusion actions to the disable students of the Municipal Education System of Simão Pereira (MG) of the elementary School in contemplation of evaluating the actions that contribute to the implementation of educational inclusion, in favor of everyone having the right of equal opportunities. The methodology was based on a documental, bibliographic and empirical research. The results obtained provided the evaluation of the limits and the possibilities of effectiveness in inclusive practices at Simão Pereira's municipals schools and the relations between family and school board, which is the fundamental column of success when it comes to education inclusion.

KEYWORDS: Education. Inclusion. Disabled Student.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CE	Constituição Estadual
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DSPI	Documento Subsidiário à Política de Inclusão
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMCAR	Escola Municipal Conceição Aparecida Rosso
EMPECE	Escola Municipal Pré-Escolar Circo Encantado
EMSFP	Escola Municipal São Francisco de Paula
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educacionais Específicas
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PIP	Programa de Intervenção Pedagógica
PMDE	Plano Municipal Decenal de Educação
PNAIC	Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político Pedagógico

SEE Secretaria Estadual de Educação
SME Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O LEGADO DA DESIGUALDADE E A INCLUSÃO ESCOLAR.....	14
2. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO	19
3. AÇÕES EM PROL DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL	30
3.1 Marcos Legais das Políticas Públicas Inclusivas no Brasil.....	34
3.2 Dados sobre a Política Educacional de Simão Pereira	45
4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	53
5. AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA	55
5.1 As Observações de Campo.....	55
5.1.1 Escola Municipal Conceição Aparecida Rosso (EMCAR)	55
5.1.2 Escola Municipal São Francisco de Paula (EMSFP) e Escola Municipal Pré-Escolar Circo Encantado (EMPECE)	58
5.2 Entrevistas.....	59
6. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO SIMONENSE: A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA.....	70
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
ANEXOS	79
BIBLIOGRAFIA	91

INTRODUÇÃO

A desigualdade está presente, desde os mais remotos tempos, dentro da sociedade humana. Sua presença é bem demarcada na relação de poder entre aquele que domina e aquele que é dominado. É através das relações sociais que o poder age e impõe sua vontade sobre o outro, edificando as desigualdades entre os seres humanos. Rousseau (1754) aponta para dois tipos de desigualdade: uma na qual ele denomina desigualdade natural ou física, que consiste nas diferenças biológicas dos seres humanos, como a idade, a saúde e as diferenças na natureza da alma humana, e a desigualdade moral ou política que é caracterizada pelos privilégios de alguns em detrimento de outros. A desigualdade moral está pautada nas convenções sociais criadas pelos homens e, portanto, ela exerce sua hegemonia com o consentimento dos próprios homens.

Sendo a cultura humana construída em torno das desigualdades entre os homens, é inevitável que o sistema educacional, fruto das ações humanas, não esteja fora desse contexto de desigualdade. A escola é uma organização social que ensina determinados saberes que tendem a modificar a identidade do aluno, influenciando na formação do seu caráter e aplicando um processo de aprendizagem formal.

A desigualdade sempre se fará presente no seio da sociedade, mas ações governamentais em prol da inclusão social e escolar visam reduzir a distância entre os desiguais, oportunizando o exercício do direito de igualdade de oportunidades para todos. Nesse sentido, a prática da inclusão social possibilita a convivência com as diferenças, valoriza as capacidades e oportuniza a aquisição do conhecimento dentro do tempo e da necessidade de cada um, independente de possuir alguma deficiência, transtorno ou dificuldade. Uma educação voltada para a inclusão leva tanto os professores, quanto os alunos para um novo caminho. Caminho este repleto de desafios, que faz com que discentes e docentes vivam experiências inéditas no campo do saber e do conviver. Educar respeitando as diferenças, valorizando a individualidade, as condições socioculturais e as potencialidades dos alunos conduzem à prática de uma política educacional mais igualitária.

As políticas públicas educacionais estão inseridas nas políticas sociais e é responsabilidade do poder público criar, aplicar, monitorar e avaliar as metas das

políticas públicas educacionais, que visam traçar ações voltadas para as questões referentes à educação escolar. Entretanto, não se pode deixar de considerar que o sucesso das políticas públicas não depende tão somente dos governos, mas também de todos os envolvidos nesse processo. A participação da sociedade é de grande importância para a implementação e qualidade dos objetivos traçados pelas políticas públicas.

A inclusão escolar visa garantir a todos o direito de igualdade de oportunidades, independente, dos fatores étnicos, sociais, econômicos, culturais, físicos, sensoriais, religiosos, refere-se a tudo que está inerente aos seres humanos. A inclusão valoriza as diferenças, respeita a diversidade e garante o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos.

As Políticas Públicas de inclusão foram criadas para garantir o direito de igualdade de oportunidades para os alunos com deficiência. No Brasil existem leis, decretos, portarias e resoluções direcionadas à inclusão. É dever dos órgãos governamentais promover ações que viabilizem e fiscalizem a concretização de uma política educacional inclusiva. Na visão de Stainback (1999, p.21) “a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos”.

A identidade da pessoa com deficiência não está na sua incapacidade, nas suas limitações, ela vai além das características físicas e mentais. Entender o outro requer entender os princípios de sua formação, é entender a forma como pensa e age diante das inúmeras situações da vida.

As pessoas com deficiência desfrutam do direito à igualdade de oportunidades dentro do sistema educacional regular. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visa garantir a igualdade de oportunidade.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Lei nº 13.146, 2015).

Entretanto, não basta apenas estarem incluídas no meio é preciso que também recebam toda a assistência de que necessitam para a aprendizagem do currículo escolar e para estabelecer suas relações sociais. O direito de igualdade de oportunidades conquistado pelas pessoas com deficiência consiste numa grande

vitória para esse grupo, mas, para que se possa garantir esse direito, não basta apenas a formulação de políticas públicas que visam garantir a inclusão. Para que ele possa ser exercido, se faz necessário mudanças no sistema de ensino que garantam a implementação das ações governamentais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) destaca:

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. (LDB/96, p.20).

A construção de um sistema educacional inclusivo, voltado para as pessoas com deficiência, precisa de ações governamentais que visem à elaboração de políticas que contribuam para a efetivação das reais necessidades das pessoas com deficiência, tais como: recursos pedagógicos adaptados, espaço físico adequado, promovendo o acesso do aluno em toda extensão da escola, profissionais capacitados para lidar com a diversidade, além de um trabalho social que valorize esse grupo de indivíduos salientando suas capacidades cognitiva e social.

A presente dissertação tem por objetivo o estudo do processo de implementação de políticas educacionais inclusivas, com enfoque na Rede Pública Municipal de Simão Pereira (MG), direcionadas aos alunos com deficiência, matriculados no Ensino Fundamental I, a fim de verificar os limites e possibilidades de efetivação da inclusão dos alunos com deficiência.

A pesquisa obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Juiz de Fora (Anexo 1) e autorização do Secretário de Educação do município de Simão Pereira, o Sr. Leonardo Henrique Gomes (Anexo 2).

Os objetivos específicos focaram os fatores intraescolares como a verificação da prática de direitos humanos empregada pela Rede Municipal de Educação de Simão Pereira, a fim de avaliar ações pedagógicas inclusivas em relação aos alunos com deficiência e alternativas que visaram superar a exclusão desses alunos, revendo, assim, o papel da escola e seu posicionamento diante das diferenças. A averiguação da política educacional direcionada para o atendimento e para o provimento de recursos destinados aos alunos com deficiência. Entretanto, ao longo da pesquisa, observou-se que, durante o relato de gestores e professores, um fator externo emergiu como um grande entrave na implementação das políticas de

inclusão – a relação da família com a escola. Fato este já mencionado no projeto político pedagógico da rede municipal, que aponta a resistência familiar como um dos grandes obstáculos para a inclusão dos alunos com deficiência.

Fizeram parte das hipóteses formuladas para essa pesquisa: (I) os investimentos na capacitação dos professores; (II) o apoio por parte de outros profissionais tais como: psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e médicos; e (III) a relação entre a família dos alunos com deficiência e a escola.

Os resultados obtidos apontaram que, apesar dos limites que a Educação Simonense enfrenta nos dias atuais, tais como a carência em infraestrutura adequada para atender aos alunos com deficiência física e a falta de profissional especializado para atender aos alunos com deficiência intelectual, pode-se constatar que as possibilidades de efetivação das políticas de inclusão dos alunos com deficiência, no âmbito das instituições de ensino regular de Simão Pereira, existem e são trabalhadas, cotidianamente, respeitando os limites do município, dos gestores, dos professores, dos familiares e demais pessoas que participam da implementação das políticas de inclusão.

A pesquisa contribuiu para a obtenção de dados que apontem as dificuldades acerca da implementação das políticas públicas inclusivas, do município de Simão Pereira, mostrando os problemas mais emergentes que dificultam o desenvolvimento social e cognitivo dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

1. O LEGADO DA DESIGUALDADE E A INCLUSÃO ESCOLAR

A hierarquia material e cultural exerce seu poder na sociedade e, diante das desigualdades que se estabelecem entre as classes sociais, surgem diversos grupos que lutam pela igualdade de oportunidades para todos. Nesta perspectiva, destacamos Nelson Mandela, líder negro e estadista da África do sul, que lutou contra o *Apartheid* e Cândido Pinto de Melo, ativista do movimento das pessoas com deficiência e um dos fundadores do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes no Brasil.

A escola surge na sociedade com objetivo de transmitir saberes, desenvolver habilidades e competências, a fim de capacitar os alunos para o exercício da cidadania e inserção no mercado de trabalho. Traz em seu cerne o conservadorismo da classe dominante e reproduz os padrões culturais da elite. Nesta visão, o professor é o detentor do conhecimento. A escola, neste contexto, carrega em si uma rigidez que impossibilita a construção do pensamento crítico-reflexivo. Freire (2005, p. 66) classifica a pedagogia empregada pela escola conservadora como sendo uma educação "bancária". Nela, "o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem". Freire defende a escola libertadora, como sendo a forma de educar mais justa e humana, capaz de reduzir a desigualdade escolar. Entretanto, Bourdieu (2015), aponta o fato de que, por trás de uma ideologia de escola libertadora, também existe um sistema escolar que reproduz as desigualdades sociais. Diante da grande diferença entre as condições sociais, culturais e econômicas, surge a inclusão social como um meio de atenuar essas diferenças, promovendo ações de combate à exclusão, visando à igualdade de acesso a bens comuns e as oportunidades de crescimento pessoal e profissional para todos. Bourdieu (2015) salienta as desigualdades no campo social, cultural e econômico, já Bernstein (1986), ao se referir ao currículo, ressalta as variações que ele apresenta que, podem caracterizá-lo tanto como um currículo em que as disciplinas são diferentes e bem definidas, quanto um currículo onde a unidade curricular é uma ideia a ser desenvolvida. Além da variação curricular, o papel desempenhado pelo professor também é fator importante na definição do comportamento do aluno perante a escola. Um currículo que atende aos princípios

de igualdade de oportunidade, oportunizando a inclusão escolar, precisa ser flexível e adaptado às necessidades dos alunos, de forma a proporcionar o bom desenvolvimento da aprendizagem.

Além da discrepância curricular, as diferenças na condição econômica representam outro fator de desigualdade entre os alunos, pois os investimentos econômicos são mais onerosos para as classes sociais baixas que necessitam empenhar esforços para suprir as necessidades financeiras advindas da educação escolar. Tal panorama contribui para demarcar a exclusão e o fracasso escolar dos alunos das classes sociais baixas, dentro das instituições de ensino, principalmente, nas instituições de ensino privadas. As diferenças culturais e econômicas constituem entraves para o sucesso da inclusão escolar, pois elas impedem que todos os alunos possam desfrutar dos recursos necessários para sua aprendizagem e seu desenvolvimento pessoal e profissional.

As diferenças de capital cultural e econômico entre as classes sociais, oportunizam a criação de um sistema de classificação que enaltece alguns e reduz outros no campo intelectual e profissional. Enquanto a classe média é privilegiada nos aspectos culturais e econômicos, a grande massa populacional, que constitui a classe baixa, é vítima de preconceito e discriminação. A educação escolar inclusiva trabalha para amenizar as desigualdades existentes entre os alunos, de forma a proporcionar a participação de todos nas atividades escolares, promovendo a valorização das diferenças.

Sendo a sociedade constituída por diversas classes sociais, infere-se que, numa sala de aula, há alunos de diversas classes sociais e, portanto, há diversos padrões sociais dentro de um mesmo espaço de aprendizagem. Eis aqui a diversidade social e cultural fazendo-se presente no contexto escolar e, ao mesmo tempo, sendo oprimida, desvalorizada e reprimida pelo conservadorismo social que impõe seu poder, influenciando assim a conduta escolar perante a diversidade. O legado cultural da classe média permanece no seio das instituições escolares, promovendo a exclusão das crianças e jovens das classes sociais menos favorecidas.

É a hierarquia dos valores intelectuais que dá aos manipuladores prestigiosos de palavras e ideias superioridade sobre os humildes servidores das técnicas. É, enfim, a lógica própria de um sistema que tem por função objetiva conservar os valores que fundamentam a ordem social. (BOURDIEU, 2015 p. 63).

De acordo com Bernstein (1986), a escola reproduz uma ordem social capaz de operar modificações na identidade do sujeito, fazendo surgir outras formas de relação. Essas alterações, quando não atreladas à cultura familiar do aluno, tendem a gerar conflitos tanto na convivência escolar, quanto no processo de aprendizagem. Para que ocorra a inclusão escolar é fundamental que família e escola sejam parceiras no processo de ensinar/aprender. Os conflitos oriundos dessa relação contribuem para uma atitude de seleção por parte dos professores e alunos, o que acarreta a exclusão daqueles que, por não compreender e/ou não aceitar os meios e os fins praticados pelas instituições de ensino, enfrentam dificuldades no que se refere ao seu grau de envolvimento com o conhecimento praticado pela escola.

Bernstein (1986), ao mencionar as estruturas de relações sociais que envolvem a escola, classifica-as em duas ordens: ordem expressiva, a qual se refere à conduta, ao caráter e a maneira de ser, está vinculada à ordem moral, e ordem instrumental, a qual está relacionada com a aquisição de aptidões específicas e está vinculada à ordem do currículo, da pedagogia e da avaliação. Diante da inclusão as estruturas de relações sociais que abrange a escola devem ser praticadas respeitando e valorizando a diversidade e as aptidões específicas e promovendo a igualdade de oportunidades para todos.

Em relação à ordem instrumental e à ordem expressiva, podemos inferir que ambas se fazem presentes no âmbito das escolas. Essa presença pode se manifestar de três formas: (i) encontramos alunos que são fortemente ligados a ambas as ordens; (ii) alunos que se ligam fortemente a uma delas e têm atitude negativa em relação à outra; e (iii) alunos que rejeitam ambas. A variação nas formas de aceitação existente entre ordem instrumental e expressiva pode ser compreendida nas semelhanças e diferenças entre a ordem social da escola e a cultura do aluno. Em relação à inclusão dos alunos com deficiência, a ligação deles com a ordem expressiva e a ordem instrumental far-se-á, principalmente, na parceria entre a família e a escola, pois a família e a escola são determinantes no que se refere ao papel que o aluno irá desempenhar.

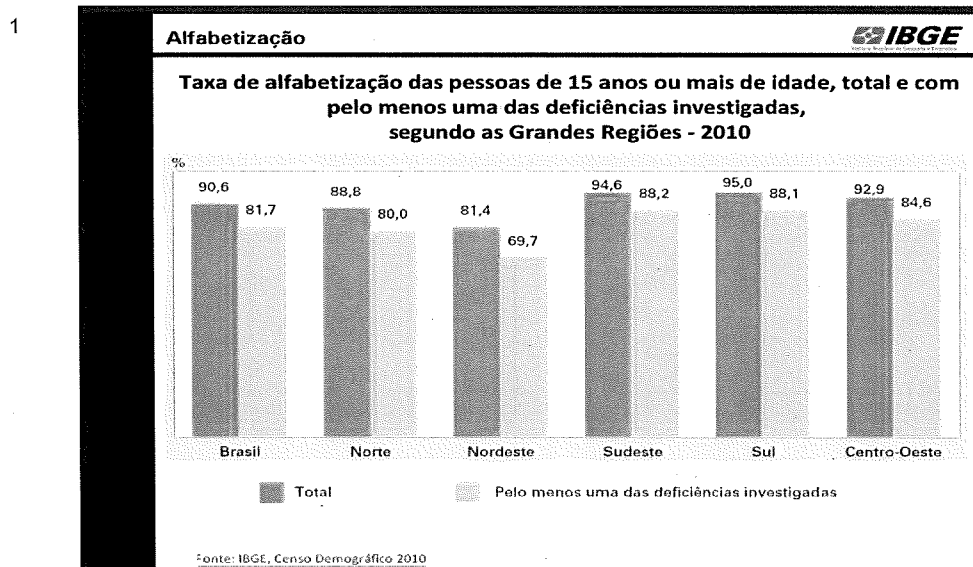
A escola contemporânea tem a função social de promover o desenvolvimento das habilidades e competências, estimulando o aprendizado de forma a conduzir seus alunos no caminho da construção do pensamento crítico-reflexivo. Entretanto, atualmente, a escola tem dificuldades para desempenhar seu papel, pois a prática de valorização da diversidade, a elaboração de um currículo flexível e as ações

pedagógicas diversificadas para atender a todos, consiste em questões bastante conflituosas dentro das instituições de ensino.

No Brasil, as políticas públicas educacionais sofreram inúmeras reformas, tais como a elaboração do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) que, dentre suas diretrizes, está o compromisso com a educação básica de crianças e jovens com deficiência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Brasileira de Inclusão, que, pautada na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tem o propósito de reduzir a desigualdade educacional e garantir o acesso à educação.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os investimentos nas políticas públicas educacionais, voltadas para o combate ao analfabetismo, registraram acentuada queda na taxa de analfabetismo no Brasil entre pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Em relação à alfabetização das pessoas com deficiência, a pesquisa realizada pelo IBGE, em 2010, diz que o índice de desigualdade regional afeta principalmente a região Nordeste, deixando-a em um nível bem abaixo do restante das outras regiões brasileiras. O que demonstra a necessidade de maiores investimentos na educação de jovens e adultos com deficiência nesta região. Veja o gráfico:



¹<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009352506122012255229285110.pdf>. Acesso em: 04/01/2017.

O nível de instrução das pessoas com deficiência ainda deixa muito a desejar, principalmente no que se refere ao ensino superior, que, de acordo com os dados coletados, somente 6,7% das pessoas com alguma deficiência pesquisada conseguem concluir este nível de ensino. O resultado da pesquisa do IBGE revela que o índice de pessoas com alguma deficiência, sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto atinge o patamar de 61,1% deste público, o que permite pensar em algumas hipóteses que dificultam a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, tais como: a insuficiência dos investimentos públicos, a carência na formação continuada dos docentes e a presença do conservadorismo excludente nas escolas que impossibilitam a construção de um sistema educacional que garanta a todos o direito de igualdade de oportunidades, conforme consta na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e no Plano Nacional de Educação (2014/2024).

A educação especial surge na política pública educacional brasileira no final dos anos de 1950 e início da década de 1960 e, desde então, ações governamentais têm sido implementadas, a fim de promover a inclusão das pessoas com deficiência tanto no campo social quanto no educacional.

Apesar das mudanças ocorridas nas políticas públicas brasileiras com o intuito de valorizar a diversidade e reduzir a desigualdade de oportunidades, ainda se perpetua no Brasil um sistema educacional excludente, reprodutor do conservadorismo e dos valores impostos pela classe dominante e que coloca os menos favorecidos em desvantagem em relação ao capital econômico e ao capital cultural praticado pelas escolas. Dentro dessa realidade, encontra-se os alunos com deficiência que buscam nas escolas de ensino regular o seu direito de igualdade de oportunidade para desenvolver suas habilidades e competências.

2. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO

Uma escola inclusiva reconhece e respeita a diversidade e se prepara para atender às necessidades específicas de seus alunos, garantindo a aprendizagem e a convivência com o outro, bem como a igualdade de oportunidade para todos os alunos, valorizando a acessibilidade, permanência e a qualidade do ensino. A inclusão abrange todos, inclusive as pessoas com deficiência. “A educação, para ser inclusiva, deve se basear no reconhecimento das diferenças, na busca de valores e práticas comuns, na convivência com a diversidade.” (BISOL e VALENTINI, 2014, p. 230).

Não cabe mais à sociedade atual a segregação das pessoas com deficiências. Atualmente, reconhece-se o direito desses sujeitos de exercer sua cidadania, seu papel social. Crianças, jovens e adultos com deficiências necessitam de atendimento específico para desenvolver seus talentos. São eles plenamente capazes de produzir, quando têm seus limites e tempo respeitados. De acordo com Bisol e Valentini (2014, p. 230) “a alternativa de negar a diferença, anulando o outro, encontra cada vez menos espaço na sociedade contemporânea que procura conceder à diversidade um lugar”.

A aprendizagem desenvolve-se nos níveis cognitivo, afetivo e relacional e, portanto, construir um sistema educacional inclusivo requer a formulação de estratégias e programas que valorizem e respeitem o ser humano, combatendo assim os preconceitos e discriminações que afetam sua dignidade.

A escola exerce um grande papel na formação do sujeito tanto no campo intelectual quanto na formação do cidadão e, por isso, ela deve estar preparada para atuar diante da diversidade escolar e do desenvolvimento da aprendizagem. Na escola da contemporaneidade, a educação ganha um novo paradigma, o da “educação intercultural,” no qual a diversidade se faz presente e a cultura homogênea dá lugar à cultura heterogênea. Segundo Bisol e Valentin (2014, p. 229) “é essencial pensar que são novos tempos para velhas instituições: do ideal da uniformidade à necessidade de flexibilizar e ressignificar os espaço, as relações e as práticas”. De acordo com Machado e Senna (2012, p. 48) “a educação passa a ser vista como uma possibilidade de garantir voz e legitimidade aos grupos marginalizados, a partir do resgate de sua auto-estima e de sua identificação.”

A identidade da pessoa com deficiência não está na sua incapacidade, nas suas limitações, a identidade de um sujeito vai além das características físicas e mentais. As pessoas com deficiência têm suas limitações, mas, de acordo com Pereira (2014), elas estão aptas a praticar determinadas atividades e têm o direito de praticá-las dentro de seus limites.

Entender o outro requer entender os princípios de sua formação, é entender a forma como pensa e age diante das inúmeras situações da vida. Nesse sentido, pensa-se na possibilidade de a escola desenvolver estratégias que contribuam para o bom desempenho de seus alunos, oportunizando a todos a capacidade de desenvolver suas habilidades e competências, contribuindo para a formação do cidadão, capaz de opinar e fazer suas próprias escolhas. Entretanto, de acordo com Pereira (2014), além do desenvolvimento de estratégias educativas, é de suma importância, para a efetivação da inclusão, a forma de acolhimento oferecida aos alunos, pois ela é fundamental no processo de socialização do aluno com deficiência com os seus pares.

Para tanto, faz-se necessário estar aberto para aceitar o diferente sem discriminação e sem preconceito, pois “é no campo educativo que o acolher de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) serve de ponte para a construção de uma educação igualitária.” (PEREIRA, 2014, p. 11). Portanto, auxiliar e orientar todos os envolvidos no processo de inclusão escolar é fator primordial para a construção das relações afetivas harmônicas, capazes de respeitar as diferenças. O trabalho de conscientização sobre a inclusão escolar é um requisito importante para constatar as dúvidas, os temores e as angústias tanto por parte da equipe escolar, quanto por parte dos alunos com e sem deficiência.

Vieira e Denari (2012) analisaram concepções, sentimentos e atitudes por parte de crianças, que não têm deficiência, para avaliar os efeitos sobre a deficiência mental no âmbito do ensino regular e apontaram que a inclusão não envolve somente mudanças de ordem política, estrutural e pedagógica, mas também de ordem afetiva e social, afinal, a inclusão envolve indivíduos que, por sua vez, trazem consigo suas subjetividades. Na análise dos resultados, constataram que crianças que participaram do programa informativo apresentaram um maior entendimento de aspectos importantes da deficiência mental e entenderam as necessidades específicas desses alunos. Esse entendimento alcançado pelas crianças que participaram do programa, também é necessário que seja direcionado para as

famílias dos alunos. A base da educação moral centra-se na família, por isso, é importante que ela também participe de programas informativos sobre inclusão de alunos com deficiência, para que possam conscientizar-se da importância do entendimento, da aceitação e do respeito pelas diferenças, para a construção de uma sociedade inclusiva.

Monteiro e Manzini (2008) focaram o estudo nas concepções dos professores de ensino fundamental em relação à inclusão de alunos com deficiência em suas salas de aula, em três escolas de município do interior paulista e constataram, a partir dos relatos dos professores, que o grande medo dos docentes, em relação à inclusão dos alunos com deficiência, era a questão do comportamento e da disciplina do aluno. Os autores salientam que cursos de capacitação, redução do número de alunos por turma no ensino regular, o trabalho conjunto entre professor de educação regular e professor especializado, poderiam contribuir, de forma gradual, para a implementação das práticas inclusivas.

A promoção da inclusão e a garantia da igualdade de oportunidade para todos estão presentes nas atuais políticas públicas, voltadas para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas no ensino regular, entretanto, para a efetivação de tais políticas, é necessário uma mudança na estrutura organizacional do sistema de ensino regular, bem como a aceitação por parte de todos os envolvidos neste processo. Entretanto, para Michels e Garcia (2014), o panorama da educação inclusiva brasileira tem dois lados: um voltado para a democratização que garante o direito à educação, mas de forma que o incluído ocupe a posição de subordinado, e o outro lado, que se apresenta carregado de sentidos humanitários ao prezar pelo pertencimento do sujeito no sistema educacional e promover o ingresso do sujeito aos padrões mínimos de renda.

Segundo Machado e Senna (2012, p.56) “para uma educação inclusiva, o desafio principal é instrumentalizar a escola a partir de ferramentas e linguagens que respeitem a pluralidade dos sujeitos e desmistifiquem a cultura do fracasso escolar.” Aprender a conviver com todas as pessoas não é só importante para aqueles com deficiência, é importante para todos. A sociedade é composta por múltiplas identidades, que por sua vez, participam da construção do meio social. Entretanto, para que se vença o desafio de instrumentalizar a escola, é preciso que a família e escola trabalhem juntas na elaboração das ações para promover a instrumentalização das escolas.

A inclusão dos alunos com deficiência é relativamente nova para o ensino regular e, apesar dos avanços nas políticas públicas inclusivas e da garantia do direito de igualdade de oportunidade, observa-se que o sistema de ensino regular enfrenta inúmeros desafios para construir uma educação voltada para todos. Neste processo de implementação da inclusão, ainda perpetua ações excludentes, que se acredita ser fruto da falta de capacitação dos professores, da dificuldade em conviver e aceitar a diversidade e da falta de uma parceria entre a escola e a família dos alunos com deficiência. É importante que família e escola sigam na mesma direção, que elaborem juntas as metas, para que o aluno possa sentir-se seguro no seu processo de aprendizagem e na sua formação para o exercício da cidadania. É fundamental que a família valorize os contatos com a escola e, da mesma forma, é fundamental que a escola abra suas portas para a família.

A educação inclusiva é um processo que vem sendo desenvolvido, gradativamente, ao longo dos anos, e requer transformações no sistema educacional, mas, tais transformações implicam mudanças no campo político, onde se desenvolve as ações governamentais em prol da efetivação da inclusão no sistema regular de ensino; no campo social, onde crenças e valores necessitam ser revistos, para que se possa compreender a importância e a necessidade da inclusão, e pedagógico, onde são planejadas estratégias de ensino que conduzirão o processo de aprendizagem. Santiago e Santos (2015), em pesquisa sobre planejamento de estratégias para o processo de inclusão, desenvolvida em quatro municípios do Rio de Janeiro, consideram o planejamento pedagógico um fator relevante para a construção de um sistema educacional inclusivo, desde que ele seja aberto, flexível, suscetível para mudanças e revisões e que haja a participação de todos os atores envolvidos no processo.

Através de uma pesquisa qualitativa, exploratória, Matos e Mendes (2015) analisaram as demandas dos professores decorrentes da inclusão escolar em três cidades do interior baiano e apontaram que “as escolas são espaços contraditórios, nos quais existem práticas de discriminação e conscientização, e que ainda se encontram distantes do que preconizam os documentos oficiais sobre inclusão escolar.” (MATOS, MENDES, 2015, p. 10).

Segundo a pesquisa realizada no interior baiano, Matos e Mendes concluem que:

É necessário, entre outros aspectos, investir na qualificação dos educadores para uma atuação mediadora mais competente, ampliar e diversificar a equipe da educação especial do município, e ampliar ou rever seu modelo de intervenção junto aos diversos atores da comunidade escolar, a fim de responder satisfatoriamente às necessidades formativas, de apoio psicológico, de suporte e orientação às práticas pedagógicas dos educadores. (MATOS E MENDES, 2015, p. 20).

Investimentos em formação e qualificação de professores, em ampliação de equipe escolar e em projetos de intervenção pedagógica são indispensáveis para promoção da inclusão, mas para que esses investimentos rendam bons frutos, é essencial o trabalho coletivo entre família e escola, pois se não houver entendimento entre ambas, dificilmente, os investimentos de ordem interna conseguirão atingir os objetivos propostos.

Musis e Carvalho (2010, p. 213), ao investigarem a hipótese de como o professor vê, orienta e aplica sua prática pedagógica, observaram que “o professor fala da educação a partir de uma matriz identitária intimamente relacionada à sua prática. Dessa forma, para compreender seu cotidiano escolar, é necessário entender a premissa de que sua percepção do aluno com deficiência é seletiva”.

Silveira, Enumo e Rosa (2012) analisaram o conteúdo de publicações da década de 2000 a 2010 sobre concepções de professores a respeito da inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo. Ressaltam que a falta de preparo dos professores para lidar com os alunos com NEE, a falta de infraestrutura e a carência de orientação por parte de outros profissionais são questões que dificultam a implementação da educação inclusiva no sistema de ensino regular.

A pesquisa salienta ainda a questão da saúde dos professores que fica comprometida em razão da sobrecarga física e mental, causada pela falta de capacitação, pela sobrecarga de trabalho, pela falta de recursos materiais e falta de apoio por parte de outros profissionais. E observam que esta é uma questão que ainda precisa ser considerada e trabalhada.

Os estudos apresentaram questionamentos, ora sobre a revisão do processo de medicalização das deficiências, ora sobre a necessidade de treinamento dos profissionais, não sendo observados questionamentos sobre a necessidade de se construir estratégias promotoras de saúde entre os profissionais da escola. Essas estratégias, se colocadas em práticas, em muito poderão contribuir para a efetivação dos princípios estabelecidos pelas políticas inclusivas e para a estimulação do desenvolvimento social, acadêmico e emocional do aluno. (SILVEIRA, ENUMO E ROSA, 2012, p. 704).

Benitez e Domeniconi (2015), através do mapeamento dos estudos brasileiros publicados em periódicos, estudaram o papel dos agentes educacionais no processo de inclusão e apontaram para a necessidade de compreender o processo de inclusão como de natureza social e complexo que é resultante das ações de diversos agentes que estão envolvidos com a relação ensino/aprendizagem do aluno, seja esses agentes internos ou externos ao espaço escolar. Os resultados apontaram a descrença de pais e professores no processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, considerando a escola especial o melhor lugar para estes alunos, apresentando como argumentos a dificuldade de aprendizagem no ensino regular, o preconceito dos demais alunos e as condições fornecidas pela escola regular. Tal descrença dificulta o trabalho cooperativo entre família e escola, pois em ambos os lados não há expectativa positiva em relação à inclusão escolar.

Luiz, De Bortoli, Flora-Santos e Nascimento (2008) focaram seus estudos na análise de periódicos nacionais e internacionais, que trataram da inclusão dos alunos com Síndrome de Down, na Rede Regular de Ensino, com base em artigos provenientes da Nova Zelândia, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos. Ressaltaram os autores, a importância da participação dos pais no processo de inclusão, expondo que são eles os responsáveis pela escolha da escola que irá acolher seus filhos, portanto, o papel desempenhado pelos pais junto à escola torna-se essencial para o processo de inclusão e, aliado ao papel dos pais, também está o papel do professor, peça chave para o sucesso da aprendizagem ou para o fracasso dela. A importância da relação entre educação e saúde para a formação de uma rede de apoio multidisciplinar. O resultado encontrado conclui que apesar dos desafios que circundam a inclusão escolar, é benéfica a inclusão do aluno com Síndrome de Down na Rede Regular de Ensino.

Lippe, Alves e Camargo (2012) em pesquisa sobre a inclusão dos alunos com deficiência visual, em uma Escola estadual do Município de Bauru, destacam que os alunos com deficiência visual não estão totalmente incluídos na escola regular, mas sim em processo de inclusão, pois os mesmos têm, em alguns momentos, dificuldades de aprendizagem por não compreenderem os conteúdos ministrados, já que não há recursos necessários para suas necessidades educacionais, tais como: máquina Braille e a falta de capacitação dos professores do ensino regular em relação à deficiência visual. Mallmann, Conto, Bagarollo e França (2014), ao estudarem a inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante,

citaram a falta de conhecimento sobre a língua de sinais, por parte de professores e pedagogos, como um dos grandes entraves para a aprendizagem dos alunos surdos, o que impossibilita a efetivação da inclusão destes alunos.

Um dos grandes desafios da educação inclusiva é a questão da acessibilidade dos alunos com deficiência, tanto no que refere-se à infraestrutura das instituições de ensino regular, quanto às condições de acesso ao currículo escolar. Esses desafios são questões que dificultam o processo de aprendizagem.

Em se tratando da acessibilidade, Lippe, Alves e Camargo (2012) destacam a necessidade de se lançar um olhar não somente no que tange à infraestrutura, mas também sobre a acessibilidade do currículo, pois, na escola pesquisada, o currículo “não é disponibilizado ao aluno cego, pois ele não tem acesso à informação em virtude de não ter o material adaptado em Braille.” (LIPPE, ALVES, CAMARGO, 2012, p. 89). Destacam ainda a necessidade de metodologias adequadas nos cursos de formação inicial para atender aos alunos com deficiência e a falta de interesse por cursos de formação continuada por parte dos professores.

Gomes e Mendes (2010) desenvolveram pesquisa sobre a inclusão de alunos autistas na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e constataram que os alunos com autismo apresentam baixa participação nas aulas e na interação com os colegas. Além disso, apresentam baixo rendimento escolar, apesar da alta frequência desse público nas escolas regulares.

Em relação aos alunos surdos no ensino regular, Guarinello, Berberian, Santana e outros, após análise das problemáticas em torno do aluno surdo em relação a um grupo de professores do Estado do Paraná, salientam que:

O professor ainda tem uma compreensão reducionista sobre o processo de ensino/aprendizagem dos surdos. Embora muitos trabalhos já tenham demonstrado a necessidade de formação continuada do professor, da importância da língua de sinais, do intérprete em línguas de sinais, na prática, não se tem discutido, efetivamente, que a presença dessa língua não isenta o professor de compreender os processos diferenciados através dos quais os alunos surdos utilizam para tornarem-se leitores e escritores de uma língua que não dominam. A imagem que o professor faz desse aluno como (in) competente e capaz de aprender também é um fator que deve ser considerado nessa discussão. (GUARINELLO, BERBERIAN, SANTANA e outros, 2016, p. 328).

Ainda no Estado do Paraná, Toledo e Vitaliano (2012), ao investigarem a eficácia de um programa de intervenção por meio de pesquisa colaborativa junto ao corpo docente do Ensino Fundamental II, com foco na inclusão de alunos com

deficiência intelectual. Toledo e Vitaliano consideraram a pesquisa colaborativa um recurso importante para preparar os professores para atuarem no modelo de escola inclusiva que surge na sociedade contemporânea. Diante dos resultados obtidos, destacaram a importância do apoio do professor especializado junto ao professor de ensino regular e ao aluno com deficiência, tanto durante as atividades, quanto no planejamento das mesmas.

Os problemas advindos do processo da escolarização inclusiva, tais como: a falta de conhecimento por parte dos docentes e gestores; a falta de um planejamento que atenda a diversidade; a falta de uma infraestrutura adequada e a falta de um currículo voltado para a realidade do aluno contribuem para o surgimento de comportamentos inadequados por parte dos alunos que se sentindo desamparados, com dificuldades de aprendizagem e ainda tendo que conviver com situações preconceituosas e discriminatórias, demonstram, muitas das vezes, por meio de seu comportamento inadequado, suas insatisfações com a realidade que os cerca. Esta situação gera conflitos no âmbito escolar, entre todos que compõem a equipe escolar e que, cotidianamente, convivem com os alunos, o que cria uma situação de desconforto tanto para a equipe escolar, quanto para os alunos.

Neste sentido, Silva e Mendes (2012) desenvolveram um estudo para avaliar os efeitos de um programa de intervenção preventiva, com base nos modelos de Consultoria Colaborativa Escolar e Suporte Comportamental Positivo² voltado para a prevenção e redução dos problemas comportamentais, em escola municipal de ensino fundamental, no interior de São Paulo. Após a análise das intervenções realizadas, as autoras ressaltaram que a presença do psicólogo escolar pode auxiliar muito para a implementação da inclusão escolar, pois esse profissional é capaz de fornecer proposta de intervenção para combater os problemas comportamentais, trabalhando de forma colaborativa com a família, professores e demais profissionais. Além disso, apontam que, apesar da necessidade futura de investigar os efeitos da Consultoria Colaborativa e do Suporte Comportamental Positivo, o estudo também contribuiu para ampliar o conhecimento quanto à forma como os modelos citados podem ser aplicados no Brasil.

² Consultoria Colaborativa Escolar e Suporte Comportamental Positivo são modelos de intervenção, utilizado por psicólogos, que visam prevenir e minimizar problemas comportamentais. (SILVA, MENDES, 2012, p. 53).

Apesar das inúmeras barreiras enfrentadas pelas escolas regulares para promover um sistema escolar inclusivo, não podemos negar que, no decorrer dos anos, o atendimento educacional dos alunos com deficiência sofreram transformações que favoreceram o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. De acordo com Dainez e Smolka (2015), houve a ampliação do aparelho do Estado, passando a regulamentar o atendimento educacional; mudanças na legislação brasileira; mudança das instituições filantrópicas e assistencialistas, que se tornaram serviços de apoio; o aumento de matrículas dos alunos com deficiência e a oferta do serviço especializado. Apesar dos avanços ocorridos em relação à inclusão, não podemos deixar de pensar no papel da família junto à escola. É importante que se invista em programas de apoio as famílias dos alunos com deficiência, a fim de conscientizá-las da importância do seu apoio, para o sucesso da vida escolar de seus filhos.

O estudo realizado por Dainez e Smolka (2015), na rede municipal de uma cidade do Estado de São Paulo, aponta que “a criança com deficiência na escola nos leva a pensar na ampliação da função dessa instituição, de maneira a ressaltar a instrução orientada para as funções humanas na sua complexidade e possibilidades.”

A parceria entre educação especial e ensino regular é fundamental para o bom desempenho do aluno com deficiência, pois um trabalho em conjunto favorece a construção de uma proposta pedagógica diferenciada e voltada para as reais necessidades educacionais do aluno. De acordo com Garrido (2015, p. 6 e 7) “entende-se que os desafios são enormes, pois prever um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, é uma prescrição importante, mas de difícil implementação prática. Porém, não se pode reduzir, negando a condição da desigualdade social articulada ao modelo capitalista de produção que permeia o campo educacional.”

A efetivação das políticas públicas inclusivas depende e muito das ações governamentais, pois são elas responsáveis por promover tais políticas e implementá-las, monitorá-las e avaliá-las. “É imperiosa a responsabilidade do poder público governamental como agente promotor de um sistema educativo que favoreça uma escola aberta à diversidade, consciente de suas funções sociopolíticas, bem como de suas funções pedagógicas.” (GARRIDO, 2015, P. 15). As políticas públicas podem ser entendidas como sendo as ações governamentais

que atuam e influenciam na vida da sociedade. É a ação do poder público sobre a vida do cidadão. Tais políticas consistem numa série de programas, metas e ações praticadas pelo Estado que garantem determinado direito de cidadania através de investimentos que visam solucionar problemas referentes à sociedade e que também são de interesse público. É preciso que a família exerça o papel de fiscalizar as ações governamentais e que se manifeste mediante ações contrárias as políticas de inclusão.

Para Bell e Stevenson (2005), a análise de políticas pode tomar uma série de formas, tais como o desenvolvimento de modelos analíticos mais amplos por meio dos quais as políticas podem ser compreendidas e interpretadas; a análise de uma série de aspectos relacionados à política (formulação, implementação, avaliação etc.) ou a análise crítica de políticas específicas (MAINARDES, FERREIRA, TELLO, 2011, p. 150).

Para que se alcance resultados favoráveis, as políticas educacionais, sociedade e família têm que trabalhar em conjunto, para que se possam obter resultados satisfatórios. Segundo Ball (2011, p.34), "quando conjuntos de políticas não coordenadas e contraditórias estão em ação, o recurso de estratégias de satisfação e de acomodações secundárias pode ser a única resposta razoável e factível".

De acordo com Ball (2011), o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação são as fases que compõem o ciclo das políticas públicas. Essas fases são desenvolvidas de acordo com os objetivos propostos e visam ajudar na elaboração de estratégias que auxiliam na construção de ações que promovam o bem-estar social e que possibilitem encontrar alternativas para solucionar problemas de ordem social de interesse público.

Para as políticas públicas inclusivas alcançarem seu objetivo, é necessária a participação ativa das famílias dos alunos com deficiência e de todos os outros profissionais envolvidos no processo. O trabalho em equipe, centrado nos propósitos traçados, é fundamental na elaboração e execução dos ciclos das políticas públicas.

As contribuições de Ball (2011) esclarecem sobre o funcionamento do sistema de políticas públicas, ampliando as discussões teórico-metodológicas oriundas das políticas públicas educacionais. Com base nas teorias desse autor sobre as questões educacionais, é possível entender e avaliar melhor o sistema de política

educacional voltado para a inclusão escolar, desde a sua formulação até a sua avaliação.

3. AÇÕES EM PROL DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

O avanço das inovações tecnológicas abriu as portas para o acesso às diversas culturas. As nações conectaram-se, e a cultura de uma nação chegou à outra. Formou-se uma rede onde tudo e todos estão misturados, onde valores, crenças, ideias se expandiram e o que era único agora é múltiplo. A globalização gera conflitos que podem ser de natureza econômica, social e educacional. Nesse contexto, surgem as políticas públicas inclusivas que visam amenizar as discriminações e os preconceitos existentes no mundo globalizado. Os conflitos sociais refletem diretamente na educação escolar, modificando sua estrutura e exigindo novas políticas públicas educacionais que valorizem a inclusão, a diversidade, a fim de garantir a todos o direito à educação:

A escola vive hoje dilemas que fazem parte do debate macro que a sociedade globalizada moderna deste início de século enfrenta em todas as suas esferas. Isso parece mera conclusão do óbvio, porém quando se observa a fundo questões como igualdade étnica, de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, respeito às diferenças e minorias, a prática escolar continua, salvo algumas exceções, reproduzindo práticas excludentes, não querendo ver que valorizar as diferenças, por exemplo, é valorizar cada ser humano, já que todos são diferentes em vários aspectos que transcendem os fatores biológicos. (DRAGO; RODRIGUES, 2008, p.63).

O reconhecimento do sujeito como partícipe da sociedade é a causa dos muitos movimentos sociais que lutam, cada qual com seus argumentos, para conquistar seu espaço nos grupos sociais que compõem a vida em sociedade. Gohn (2011) discorre que:

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. No meio acadêmico, especialmente nos fóruns de pesquisa e na produção teórico-metodológica existente, o estudo dessa relação é relativamente recente. A junção dos dois termos tem se constituído em "novidade" em algumas áreas, como na própria Educação – causando reações de júbilo pelo reconhecimento em alguns, ou espanto e estranhamento – nas visões ainda conservadoras de outros (GOHN, 2011, p.334).

A inclusão escolar é um caminho que oportuniza a todos, independente de suas condições culturais, sociais, econômicas e pessoais, a frequentar as instituições de ensino regular e receber todo o amparo que necessita para

desenvolver suas habilidades e competências sem sofrer qualquer tipo de discriminação, preconceito ou rejeição.

Com o avanço dos direitos sociais e a luta pelo princípio da inclusão, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDB 9.394/96, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) passou a ter como objetivo central dar a assistência necessária aos alunos com deficiência, visando proporcionar os meios adequados ao bom desenvolvimento das suas potencialidades, permitindo o acesso dos alunos às salas de aula regulares.

Diante desse contexto, as pessoas com deficiência desfrutam do direito à igualdade de oportunidades dentro do sistema educacional regular, entretanto não basta apenas estarem incluídas no meio, é preciso que também recebam toda a assistência de que necessitam para a aprendizagem do currículo escolar e para estabelecer suas relações sociais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visa garantir a igualdade de oportunidade.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Lei nº 13.146, 2015).

O direito de igualdade de oportunidades, conquistado pelas pessoas com deficiência, consiste numa grande vitória para esse grupo. A formulação de políticas públicas que visam à inclusão é o primeiro passo para garantir esse direito. Mas, para que ele possa ser exercido, se faz necessário que os atores responsáveis pela implementação estejam preparados para atuarem no contexto da escola inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) destaca:

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. (LDB/96, p.731).

A construção de um sistema educacional inclusivo, voltado para as pessoas com deficiência, precisa de ações governamentais que visem a elaboração de programas que contribuam para a efetivação das reais necessidades das pessoas com deficiência além de um trabalho social que valorize esse grupo de indivíduos, salientando suas capacidades cognitiva e social.

Dentre os principais programas de responsabilidade do Ministério da Educação no Plano Plurianual (PPA) - 2012-2015 consta o Programa Educação

Básica (0596), que visa apoiar e ampliar o acesso e a permanência na educação básica, de forma a garantir o direito de igualdade de oportunidade para todos. Promovendo assim a implementação das políticas públicas inclusivas.

Para que tais programas sejam implantados e resultem em ações satisfatórias para todos, é necessário que uma gama de atitudes seja tomada em prol da inclusão escolar. Tais como: (I) a reestruturação da construção arquitetônica das instituições de ensino, para permitir o livre acesso às dependências da escola; (II) a construção de um currículo que atenda às reais necessidades dos alunos; (III) a parceria das instituições de ensino regular com os profissionais da saúde, família, assistência social e com a rede de atendimento educacional especializado; (IV) investimentos na formação continuada dos professores para capacitá-los para essa nova realidade educacional; (V) a criação de salas de recursos para atender aos alunos; (VI) a elaboração de material didático específico e (VII) proposta política pedagógica que valoriza e respeita as diferenças. Tais atitudes devem ser tomadas tanto em nível de educação pública quanto privada.

A oportunidade de conviver com seus pares, respeitando as diferenças entre eles, cria, no ambiente educacional, uma equipe cooperativa que desenvolve atitudes que beneficiam o crescimento de todos independente de terem ou não deficiência. Aprender a conviver com todas as pessoas não é só importante para aqueles com deficiência, é importante para todos. A sociedade é composta por múltiplas identidades que, por sua vez, participam da construção do meio social. Paín (1985), sobre a dimensão social do processo de aprendizagem, fala:

No nível social, podemos considerar a aprendizagem como um dos pólos do par ensino-aprendizagem, cuja síntese constitui o processo educativo. Tal processo compreende todos os comportamentos dedicados à transmissão da cultura, inclusive os objetivados como instituições que, específica (escola) ou secundária (família), promovem a educação. (PAÍN, 1985, p. 17).

Reformular e reestruturar as instituições de ensino por meio de ações governamentais e da participação ativa da família, bem como, o desenvolvimento de ações sociais de conscientização da sociedade acerca da inclusão escolar, para atender às necessidades da atualidade constituem ações que demandam tempo, vontade e interesse por parte dos envolvidos no processo. Quando a inclusão acontece e é bem sucedida, toda a equipe comemora com satisfação a vitória alcançada.

A construção de um sistema educacional inclusivo não só requer o trabalho dos profissionais da educação, requer também a participação ativa da comunidade e da família. Uma escola inclusiva reconhece as diferenças e valoriza a participação de todos os alunos e acompanha e avalia o progresso da aprendizagem de cada um deles. Para a escola acompanhar e avaliar o progresso de seus alunos, primeiramente, é essencial que ela o conheça, e nesse ponto, a parceria da escola com a família é muito importante, pois é junto da família que a criança constrói seus valores e suas referências, há particularidades da criança que somente a família conhece, por isso, é importante que ela participe da vida escolar de seus filhos. Mas, para que essa parceria tenha sucesso, é preciso que a família tenha consciência do seu papel de mediadora do processo de aprendizagem de seus filhos e que apoie e trabalhe junto com a escola.

A comunidade exerce forte influência no meio educacional, e sua influência reflete nas práticas e propostas pedagógicas da escola. Reconhecer e respeitar a diversidade local contribui para entender, aceitar e cooperar com a diversidade global.

Promover uma relação entre os alunos com deficiência com a comunidade, família, setor educacional e de saúde, a fim de oportunizar a integração social dos mesmos, é uma das questões acordadas na Declaração de Salamanca, que declara publicamente o direito de toda criança à educação.

Reabilitação comunitária deveria ser vista como uma abordagem específica dentro do desenvolvimento da comunidade objetivando a reabilitação, equalização de oportunidades e de integração social de todas as pessoas portadoras de deficiências; deveria ser implementada através de esforços combinados entre as pessoas portadoras de deficiências, suas famílias, e comunidades e os serviços apropriados de educação, saúde, bem-estar e vocacional. (SALAMANCA, Item 20).

A construção de uma comunidade inclusiva requer um trabalho de aceitação do outro e de aprendizagem interpessoal. Conforme O'Brien e O'Brien (1999) ressaltam:

A construção de uma comunidade começa com a aprendizagem que ocorre quando pessoas que estão separadas se encontram face a face, descobrem uma à outra e começam a adaptar-se mutuamente. Uma comunidade consciente desenvolve-se quando pessoas usam o ciclo de aprendizagem interpessoal, a fim de desenvolver uma arquitetura social – conjunto de ferramentas, de sistemas e de estruturas que definem a escola como uma organização – que expressa e dá suporte a essa aprendizagem. (O'BRIEN e O'BRIEN, 1999, p. 54).

A família pode e deve contribuir para a elaboração das metas e estratégias de ensino/aprendizagem, orientando sobre as necessidades de seus tutelados. A presença e o apoio da família são fundamentais para o sucesso da inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular. O PNE (2014-2024), na sua meta 4, ressalta a participação da família e sociedade conforme consta em sua estratégia 4.19.

4.19 – promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo. (PNE, 2014 - 2024, p.58).

Quando escola, comunidade e família trabalham juntas, a equipe se fortalece e as barreiras tornam-se mais frágeis e mais fáceis de serem vencidas. As diferenças não são motivo para discriminação ou preconceito, o reconhecimento e o respeito à dignidade de cada um são capazes de edificar, no seio da sociedade, políticas públicas inclusivas que garantam a igualdade de oportunidades para todos.

Conviver com as pessoas com deficiência ainda é motivo de muitos receios para a sociedade. Essa relação é cercada de preconceitos e discriminação que precisam ser vencidos. O distanciamento entre os sujeitos implica dificuldade de relacionamento e de aprendizado.

Conferências Mundiais visam criar, ampliar e garantir o direito de igualdade de oportunidades para todos. O Brasil é membro participante de acordos mundiais em prol da inclusão, como no acordo da referida Declaração de Salamanca, ocorrido na Espanha. Diante desse novo contexto social e educacional, formula, implanta e monitora políticas públicas inclusivas, a fim de combater a exclusão, a segregação, a discriminação e o preconceito que permeiam a vida social das pessoas com deficiências.

3.1 Marcos Legais das Políticas Públicas Inclusivas no Brasil

O viver socialmente requer do indivíduo conhecimentos que podem ser adquiridos por meio da família, da religião, dos amigos, da escola e dos diversos meios sociais. É por meio da escola que o sujeito tem maior oportunidade de desenvolver seu potencial intelectual e suas relações sociais. A escola é um espaço

onde o educando aprende a viver socialmente, onde tem a oportunidade de desenvolver sua criatividade, ampliar seus conhecimentos.

O preconceito, a discriminação e a segregação impediram, por longo tempo, o acesso das pessoas com deficiência à educação. Entretanto, o quadro das políticas públicas educacionais demonstra a preocupação social e política por parte dos movimentos de luta contra a discriminação e preconceito para combater a desigualdade existente no meio social e educacional e garantir o direito à igualdade de oportunidades tanto no âmbito educacional quanto no social. O Ministério da Educação (MEC) expediu, em 2005, o Documento subsidiário à política de inclusão, (doravante DSPI), a fim de auxiliar os sistemas educacionais brasileiros na construção de uma escola inclusiva que valoriza e respeitando a diversidade. O referido documento assim se refere à perspectiva da inclusão:

Uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais. Assim, a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras devem incidir sobre a rede de relações que se materializam através das instituições já que as práticas discriminatórias que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam. (MEC, DSPI, 2005, p. 08).

No decorrer de 1990, verificamos legalmente o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência, transtorno, altas habilidades e superdotação de frequentar a escola regular. Em se tratando da Educação Especial, o MEC, através da Secretaria de Educação Especial, em conformidade com a nova LDB, define a Educação Especial como:

... uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania, como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos. Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais. (MEC, 2006 p.40,41).

O DSPI, em relação à educação especial, assim expressa o conceito de educação especial:

A Educação Especial é definida, a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular "educação especial" de "escola especial". Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor

com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos. (MEC, DSPI, 2005, p.19).

No Brasil, o direito à educação é garantido por lei a todos, independente, de suas necessidades específicas. A Constituição Brasileira garante aos cidadãos, sem exceção, a oportunidade de se preparar para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205, CF). Um dos princípios bases do ensino é a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, I, CF). O acesso à educação, garantido pela legislação brasileira, não discrimina as pessoas com necessidades educacionais específicas, pelo contrário, lhes permite o acesso ao ensino regular, reconhecendo que todos gozam do direito à educação.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu capítulo II, garante à:

criança e ao adolescente o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade não só como pessoas humanas, mas também como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” (BRASIL, 1988).

Quando se trata da educação inclusiva, se deve entender que o acesso ao ensino regular, por parte dos alunos com deficiência, transtornos ou dificuldades, tem o objetivo de garantir a esses indivíduos um direito que lhe pertence e que é justo e humano. Diante desse contexto, o MEC, por meio do seu DSPI, destaca a necessidade de uma equipe multidisciplinar para viabilizar e garantir a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular.

Pensando as escolas especiais, como suporte ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular comum, a coordenação entre os serviços de educação, saúde e assistência social aparece como essencial, apontando, nesse sentido, a possibilidade das escolas especiais funcionarem como centros de apoio e formação para a escola regular, facilitando a inclusão dos alunos nas classes comuns ou mesmo a frequência concomitante nos dois lugares. (MEC, DSPI, 2005, p.20).

O Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC foi criado em 2012, tendo como meta garantir a alfabetização das crianças brasileiras até aos oito anos de idade. O PNAIC conta com a participação da União, dos Estados e Municípios para atingir sua meta.

O atual Plano Nacional de Educação/PNE (2014-2024), em sua meta 4, discorre sobre a política da educação especial / inclusiva, enfatizando o direito dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas

habilidades e superdotação a frequentar a sala de aula comum e, quando se fizer necessário, receber o atendimento educacional especializado.

Meta 4: universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou convencionais. (PNE, 2014/2024, p. 55).

O MEC criou o Programa Escola Acessível que está direcionado para a questão da acessibilidade dos alunos com deficiência nas instituições de ensino regular. O Objetivo do Programa é “Promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular”. São ações do Programa:

- O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações:
 - Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora;
 - Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis;
- (Fonte: Portal do MEC, acesso em 14/07/2016).

O PNE (2014 -2024), em sua meta 4, assume o compromisso de viabilizar o acesso dos alunos nas instituições públicas.

Estratégia: 4.6 – manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação. (PNE, 2014-2024, p. 56).

A valorização das potencialidades das pessoas com deficiência permeia as metas e estratégias propostas pelo poder público para a construção dos planos pedagógicos educacionais que garantam o acesso de todos os alunos à educação, construindo um espaço escolar favorável à igualdade de oportunidades e à participação ativa de todos.

A inclusão das crianças com deficiências múltiplas no ensino regular ainda é algo muito recente e praticada por poucas instituições de ensino. A educação

dessas crianças, até pouco tempo, era desempenhada nas escolas especiais. Em virtude das múltiplas deficiências e conseqüentemente das inúmeras necessidades específicas desses alunos, há muita discussão no meio educacional quanto aos progressos que esses alunos podem adquirir. Entretanto, independente dos progressos adquiridos, deve-se valorizar a dignidade humana, respeitando o direito de aprender e conviver conjuntamente com os demais sem sofrer qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

A inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças. (MEC, DSPI, 2005, p.34).

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) que tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a necessidade de serviços públicos para atender à demanda da população. Seu objetivo é de progredir nas conquistas dos direitos, proporcionando uma redução da exclusão das pessoas com deficiência. A LBI destina-se a garantir as condições de igualdade, promovendo a inclusão social:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão por ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (LBI, Cap. II, 2015, p.3).

A inclusão implica igualdade de oportunidades para todos, independente de terem ou não alguma deficiência. Porém, essa igualdade de oportunidades requer um novo sistema educacional, composto por ações educacionais que visam atender as necessidades específicas de cada aluno. Em se tratando dos alunos com deficiências, faz-se necessário rever algumas questões que permeiam a educação brasileira, tais como: a proposta pedagógica, a formação continuada dos professores, o atendimento especializado, a infraestrutura das escolas e os recursos didáticos especiais. Tais ações são indispensáveis para a inclusão desses alunos no meio educacional.

Em relação à formação continuada do professor e as reflexões necessárias acerca da construção de um sistema educacional inclusivo, o DSPI ressalta:

A formação do professor deve ser um processo contínuo que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um "lugar" na escola.

Para isso, não bastam informações e imperativos, mas verdadeiros processos de reflexão que levem os grupos a considerar qual é o discurso que se produz na sua prática. Os discursos institucionais tendem a produzir repetições, buscando garantir a permanência do igual, do já conhecido, como forma de se proteger da angústia provocada pelo novo. Ao reconhecer que faz parte de um sistema regulado por algumas práticas já cristalizadas, o grupo terá condições de buscar mecanismos que possibilitem a discussão e análise das questões que envolvem o seu fazer, ressignificando as relações entre sujeitos, saberes e aprendizagens e criando novas práticas inclusivas. Dessa forma, cada contexto escolar deveria se situar como autor de seu projeto pedagógico, levando em conta as suas experiências. (MEC, DSPI, p. 21, 22).

É preciso acolher dando oportunidade de ir e vir, aprender e conviver socialmente. Reformular o sistema educacional brasileiro tem sido, nos últimos tempos, o grande desafio para a construção da escola inclusiva, pois, legalmente, são garantidos os direitos, entretanto, na prática ainda há muito que se fazer. Os atores que formulam as políticas educacionais inclusivas não são os mesmos que a implementam, e tal situação gera conflitos que nem sempre os gestores escolares estão preparados para sanar.

O reconhecimento e o respeito às múltiplas identidades oportunizam a convivência, a aprendizagem e valorizam as diferenças. A instituição de ensino que se adequa às necessidades de seus alunos e proporciona condições favoráveis de trabalho para seus professores produz oportunidades iguais para todos.

Quando se fala em alunos com deficiências múltiplas, logo se pensa em uma série de deficiências associadas, porém, independente dessas deficiências, o importante não é a soma das anomalias e sim a valorização do potencial desses alunos. O desenvolvimento da aprendizagem é bem variado e depende, muitas vezes, da adaptação do aluno ao meio educacional.

O conceito de necessidade educacional especial vem romper com essa visão reducionista de educação especial centrada no déficit, na limitação, na impossibilidade do sujeito de interagir, agir e aprender com os demais

alunos em ambientes o menos restritivos possíveis. (BRASÍLIA: MEC, Sec. de Ed. Especial p.103).

A educação dos alunos com deficiências múltiplas requer a criação de um trabalho multidisciplinar que envolva profissionais da saúde, assistentes sociais e familiares.

Para viabilizar a criação de centros multidisciplinares para beneficiar o acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado, o atual PNE estabelece:

Estratégia 4.5 – estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (PNE, 2014-2024, p.56).

A proposta de criação de centros multidisciplinares faz parte das estratégias da meta da inclusão, do PNE (2014-2024), entretanto, o que encontramos, na maioria das escolas públicas do país, é um total despreparo da escola para lidar com a inclusão. O que não falta para a grande maioria dessas escolas, são: professores sobrecarregados, ausência de profissionais como: psicólogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos e ausência de profissionais capacitados para esclarecer, orientar e ajudar a equipe escolar na construção de uma educação inclusiva.

Cabe ao poder público formular, aplicar e avaliar o ciclo das políticas aplicadas para garantir o direito à educação. Legalmente, está garantido o direito de igualdade de oportunidades. O acesso, a permanência e o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com necessidades educacionais específicas deverão ser fatores primordiais na elaboração dos projetos pedagógicos.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis,

para atender às características dos estudantes, com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista do exercício de sua autonomia;... (LBI, Cap. IV, 2015, p.7).

Através do Pacto Federativo, o Brasil cria suas ações governamentais tanto em nível Federal quanto em nível Estadual e Municipal e em parceria com os Estados e Municípios, a União incentiva e promove políticas públicas educacionais que favorecem a inclusão de todos, objetivando o desenvolvimento de programas que contribuem para reduzir os preconceitos e discriminações que estigmatizam as pessoas com deficiência, apesar da criação de políticas públicas visando o desenvolvimento da educação inclusiva, a realidade da implementação dessas políticas e programas são, na maioria das vezes, conturbadas, pois a implementação é falha, porque não oferece todas as condições necessárias para a efetivação do sistema inclusivo, o que impõe limites para a concretização da inclusão escolar.

Sobre as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão dos alunos com deficiência múltipla na educação infantil, o MEC discorre sobre a temática esclarecendo que a inclusão desses alunos ainda é algo recente no Brasil e que, por esse motivo, gera muitas dúvidas e conflitos. O MEC (2006, p.72) posiciona-se a respeito dessas dúvidas e conflitos ressaltando que "com a convivência, a experiência e ajuda de profissionais especializados e da família, o professor verifica que o processo de inclusão não é tão difícil como parecia". O MEC (2006, p.79) reconhece que um bom programa educacional é fundamental para o desenvolvimento e a inclusão dos alunos com deficiência múltipla e traça, como objetivos para tal programa, "o cuidar, o desenvolvimento das possibilidades humanas, de habilidades, da promoção da aprendizagem, da autonomia moral, intelectual e, principalmente, valorizando as diferentes formas de comunicação e de expressão artística". Porém, o que se observa na prática é que, entre os esclarecimentos do MEC e a realidade cotidiana das escolas públicas brasileiras, existe uma grande lacuna que ainda precisa ser trabalhada, neste vácuo, além das questões de ordem interna às políticas públicas, encontra-se a família, que também precisa ser esclarecida e apoiada para que possa exercer, de forma consciente, seu papel na vida escolar de seus filhos, para que o discurso do Ministério da Educação possa atingir, com efeito, os atores que estão em sala de aula.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas na rede regular de ensino brasileira ainda encontra inúmeras barreiras, sejam elas de

infraestrutura, de planejamento curricular e de prática pedagógica, no campo da implementação das políticas públicas inclusivas.

É dever dos órgãos governamentais promover ações que viabilizem e fiscalizem a concretização de uma política educacional inclusiva. É preciso que as instituições de ensino se centrem nessa nova realidade e criem sistemas de ensino que garantam a todos o acesso à educação.

A Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, na seção III – Da Educação, garante a todos o direito à educação e declara ser dever do Estado e da família garantir a acessibilidade e o desenvolvimento da pessoa, a fim de lhe proporcionar o exercício da cidadania e seu preparo para o trabalho.

Art. 195 – A educação, direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CE/MG, 1989. p.67).

Particularmente, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, o Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais aprovou, em 27 de maio de 2003, o Parecer nº 424/03 (MINAS GERAIS, 2003a), que propõe normas para a Educação Especial na Educação Básica. Consta, nesse Parecer, a importância de se efetivar escolas inclusivas/integradoras no sistema educacional, para que se possa garantir uma educação voltada para todos, dentro dos parâmetros acordados nas convenções e declarações mundiais.

Em consonância com os termos da Convenção da ONU de 13 de dezembro de 2006 e com o PNE – Plano Nacional de Educação (2014 - 2024), no que se refere à meta 4, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e a Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica redigiram o Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais que, visa adequar as escolas públicas para promover qualidade de educação para os alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, junto aos demais alunos. Orientando o atendimento educacional, a capacitação de professores, a acessibilidade arquitetônica e formação de redes de apoio. É importante informar que a versão três do referido guia foi atualizada no ano de 2014.

A Resolução CEE – Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais - nº 451/03 (MINAS GERAIS, 2003b) fixa normas para a Educação Especial

no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e assegura a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas em programas oferecidos pela escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania. Na referida Resolução, consta a necessidade de se elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, o qual faz parte dos procedimentos para o atendimento ao aluno na educação especial e para a certificação especial de conclusão de etapa ou curso de educação básica, oferecida ao aluno com necessidades educacionais especiais.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) identifica os obstáculos diante da aprendizagem e permite conhecer o desenvolvimento global do aluno. Para as escolas, ele é instrumento de análise que auxilia no aperfeiçoamento das práticas educativas. O PDI está vinculado ao projeto político educacional da escola e, em sua elaboração, reúne os dados da escola, do aluno, a proposta curricular, o relatório circunstanciado, a avaliação educacional inicial do aluno e o planejamento pedagógico. Ele deve ser redigido pela equipe pedagógica, tendo, no mínimo, o professor e supervisor e/ou orientador educacional.

A política educacional, proposta pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, tem por objetivo adequar as escolas públicas para receber e atender com qualidade os alunos com deficiência, entretanto, observa-se na política educacional mineira, que as ações previstas como: o oferecimento dos atendimentos educacionais especializados, a promoção da acessibilidade arquitetônica e tecnológica, a capacitação de educadores e a formação de redes de apoio ao público alvo da educação especial avançam, mas ainda são bastante carentes nesses aspectos para muitas escolas mineiras, talvez em virtude da extensão territorial e dos limites e barreiras na implementação das políticas de inclusão do Estado, a Secretaria de Educação enfrenta dificuldades para levar a todas as escolas os recursos necessários para a construção de um sistema educacional inclusivo.

De acordo com a avaliação diagnóstica do Estado de Minas Gerais, atualmente, a educação pública vive problemas que começam com a falta de estrutura básica. Segundo os dados diagnósticos da referida avaliação, 45% das escolas não têm refeitório. Essa falta de estrutura causa efeitos negativos no processo de aprendizagem, como pode ser constatado na avaliação censitária que relata que 96% dos alunos da rede estadual não sabem o recomendado em

Matemática e 64% não aprenderam o mínimo exigido de Língua Portuguesa. Dessa forma, fica também comprometida a formação e capacitação dos professores, bem como a criação de uma rede de apoio multidisciplinar para atender aos alunos especiais.

A SEE/MG, em maio de 2016, através do seu portal eletrônico, divulgou informações do Censo Escolar de 2014, mostrando que, no Estado de Minas Gerais, foi contabilizado o total de 33.874 matrículas de alunos com deficiência, distribuídos em 779 municípios mineiros. Em relação às suas ações para promover o direito à igualdade de oportunidade para os alunos com deficiência, a SEE/MG expõe:

Para garantir todo o suporte ao estudante com deficiência, as escolas oferecem o atendimento educacional especializado, que tem por objeto levar aos alunos com deficiências e transtornos do desenvolvimento o atendimento especializado que lhes possibilite a participação plena na escola. Este atendimento, em caráter complementar e de apoio, permite ao aluno um melhor aproveitamento de suas potencialidades, melhorando seu processo de aprendizagem e facilitando a sua inclusão nas classes comuns. Os profissionais para o apoio e suporte aos alunos são disponibilizados nas escolas conforme a necessidade e as atribuições a serem desenvolvidas. De acordo com dados a Diretoria de Educação Especial da SEE, em todo o Estado há 3.305 professores de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas, que dão suporte ao aluno para a sua participação nas atividades escolares. As escolas também podem contar com o intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o guia-intérprete (que dá suporte ao aluno surdo-cego). Hoje, a rede conta com 1.108 intérpretes de Libras e 11 guias-intérpretes.

Além desses profissionais, a escola pode contar ainda com a sala de recurso, no atendimento complementar aos alunos. A rede possui 1.075 salas de recursos e 1.279 profissionais atuam nesses espaços, onde as escolas atendem aos seus alunos e a estudantes de outras escolas, de acordo com indicação da Superintendência Regional de Ensino. (SEE, 2016, portal educação.mg.gov.br).

O governo de Minas Gerais, através de sua Secretaria de Educação, trabalha na formulação de suas políticas públicas inclusivas, a fim de garantir o direito à educação para todos e a igualdade de oportunidade, legalmente, os alunos com deficiência estão amparados, mas na prática as coisas não ocorrem como descritas nas políticas públicas inclusivas, pois muitas instituições de ensino não estão preparadas para receber alunos com deficiência, a falta de um suporte pedagógico adequado, compromete a qualidade do ensino, prejudicando o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo do aluno.

Muitas pesquisas são realizadas acerca da inclusão escolar dos alunos com deficiência, no âmbito das instituições de ensino regular, brasileiro. Tais pesquisas apontam as diversas barreiras impostas pelo atual sistema de ensino brasileiro.

Citamos alguns autores dessas pesquisas: Machado e Senna (2012), Mantoan (2013), Pereira (2014), Garrido (2015) e Ramos (2016).

Apesar de todas as dificuldades na implementação da educação inclusiva, não se pode negar que houve, no decorrer das décadas, um significativo avanço dessas políticas e, hoje, em meio a tantos limites, a luta dos movimentos sociais em prol da inclusão dos alunos com deficiência, no ensino regular, continua na busca de alternativas que ampliem, cada vez mais, as possibilidades de sucesso da efetivação das políticas públicas inclusivas.

3.2 Dados sobre a Política Educacional de Simão Pereira

O Município de Simão Pereira está localizado no Estado de Minas Gerais, na mesorregião da Zona da mata. Sua população é de 2.537 habitantes, conforme dados fornecidos pelo IBGE³.

Em 21 de março de 1990 é criada a Lei Orgânica do Município, e o Título IV, Capítulo IV, trata da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto. Tem seu artigo 157, no § 3º, o município assume o compromisso de garantir o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (Anexo 3)

Em 23 de junho de 2015, o prefeito do município de Simão Pereira, Kelsen de Oliveira Valle, no uso de suas atribuições, após a aprovação pela Câmara Municipal, sanciona a Lei Municipal nº 797 que aprova o Plano Municipal Decenal de Educação – PMDE, com vigência até junho de 2024. (Anexo 4)

Segundo dados do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Simão Pereira, a educação municipal consome atualmente uma média de 28% da receita orçamentária, de acordo com os dados publicados no atual Plano Municipal Decenal de Educação (2015 – 2024). A média de 28% está acima da média mínima estipulada pela Lei de Diretrizes orçamentárias do Município, que é de 25% de sua receita.

A rede de ensino municipal simonense possui 7 escolas sendo 3 de Ensino Fundamental, 3 de Educação Infantil e 1 creche. A Escola Municipal São Francisco

³ Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010. <http://cod.ibge.gov.br/2ZQS>. Acesso em 02/08/2016.

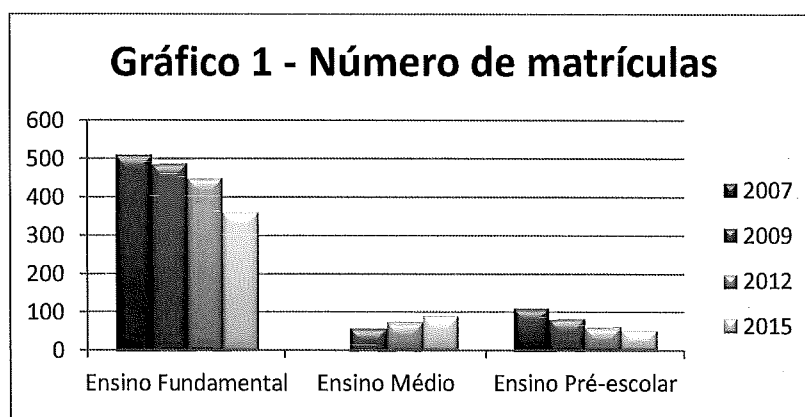
de Paula é a mais antiga de Simão Pereira. Foi criada em 1936. Atualmente, oferece o ensino fundamental I. Em 1970, outra Escola foi inaugurada para atender o ensino fundamental I: a Escola Municipal Marechal Arthur da Costa e Silva, localizada em Cotegipe, distrito de Simão Pereira.

As políticas educacionais passaram a priorizar a educação infantil, criando creches e escolas de ensino infantil e ampliando a rede municipal de ensino, passando a oferecer também educação em nível de ensino fundamental II.

Segundo os dados que constam nas planilhas do IBGE, atualmente, Simão Pereira possui três escolas municipais de ensino infantil e ensino fundamental e uma escola estadual de ensino médio.

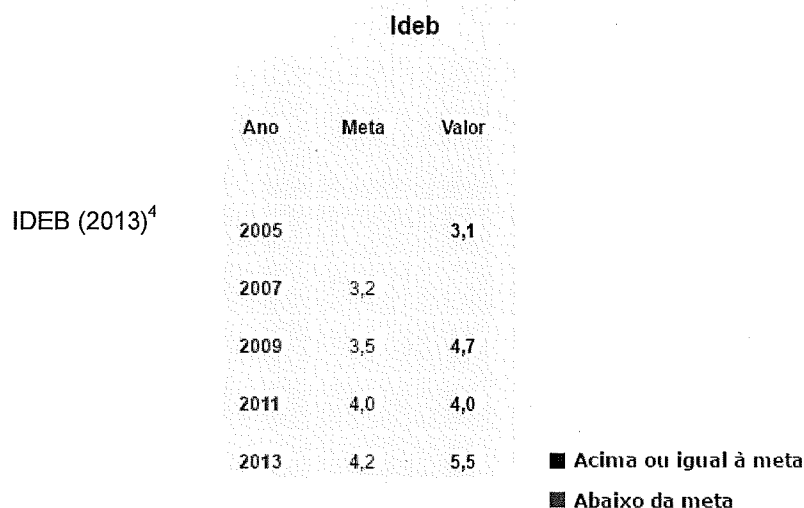
Um dos grandes desafios da educação municipal é a redução da taxa de abandono e reprovação dos alunos nos anos finais do ensino fundamental. Os dados fornecidos pelo INEP, que constam no PMDE (Plano Municipal Decenal de Educação), apontam que, no ano de 2013, Simão Pereira registrou 23,5% de reprovações nos anos finais do ensino fundamental, o que corresponde a 45 reprovações. Ainda segundo os dados do IBGE, entre os anos de 2007 e 2015, houve uma queda acentuada no número de matrículas efetivadas. Constando queda de aproximadamente 30% no ensino fundamental e aproximadamente 52% no ensino pré-escolar.

O ensino médio pertencente à rede estadual, a partir de 2009, registrou um aumento no número de matrículas até 2015, passando de 59 alunos em 2009, para 89 alunos em 2015.



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Apesar da queda no número de matrículas no Ensino fundamental, o IDEB de 2013 registrou que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o município atingiu a meta e cresceu, apesar de não ter alcançado o índice de 6.0.



No decorrer da pesquisa não foi possível coletar informações sobre os alunos com deficiência, matriculados no ensino fundamental I, da rede de ensino regular de Simão Pereira.⁵

O Projeto Político Pedagógico (PPP), criado em 2016, continua em vigor no ano 2017, e sua proposta pedagógica menciona que o Projeto “assume a força de identidade e guia educacional para toda a comunidade, consciência do presente e promessa para o futuro.” Essa proposta faz parte da Política de Gestão Democrática da Rede Municipal de Ensino de Simão Pereira.

Segundo as informações que constam no PPP da rede municipal de educação, através de questionários aplicados às famílias de alunos, o município constatou que a condição socioeconômica da maioria das famílias é de baixa renda, exercendo funções como do lar, comerciantes, trabalhadores rurais, serviços informais e trabalho doméstico. Também se constatou que a maioria das famílias possui residências próprias ou cedidas. Um fator que demonstrou a baixa renda das

⁴ <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/31070271>

⁵ Apesar de a pesquisa ter sido autorizada pela Secretaria Municipal de Educação de Simão Pereira, a direção da Escola Municipal Conceição Aparecida Rosso, principal campo de pesquisa, por ser a única escola a ter alunos com deficiência matriculados, não forneceu os dados solicitados sobre o número de alunos com deficiência matriculados no ensino fundamental I e o ano escolar que os mesmos estão cursando.

famílias é que quase a totalidade delas recebe auxílio do Programa Social Bolsa Família.

O PPP aponta que a população local tem apreço pelas instituições de ensino do município e deixa transparecer, através de relatos, que as escolas atendem às necessidades de seus filhos, entretanto, existe uma distância que separa a escola e os pais. Destacam-se dois fatores que contribuem para essa separação: (I) O ensino fundamental incompleto que corresponde ao nível de escolaridade da maioria dessas famílias e (II) Os pais ainda cultivam o pensamento de que a escola é a única responsável pelo processo educativo de seus filhos. Apesar da lacuna que existe entre escola e família, o PPP ressalta que houve um avanço na participação dos pais nas reuniões escolares. As escolas da rede municipal exercem a função social de garantir que todos desfrutem da plena cidadania, entretanto, faz-se necessário erradicar a cultura da repetência e proporcionar o sucesso escolar dos alunos dentro do prazo legal. Segundo o PPP, a construção do Projeto Político Pedagógico, a formação continuada, o ambiente escolar acolhedor e mediador e recursos financeiros, políticos e sociais são questões relevantes que merecem atenção do poder público para melhorar a atual educação simonense.

Na elaboração do PPP, consta que ele é uma conquista coletiva da escola e responsabilidade de todos. Dentro do cenário educacional, ele é uma 'tentativa de resgatar o sentido humano, científico flexibilizador do planejamento'.

A universalização do ensino, o investimento na qualidade da educação e a valorização da diversidade estão presentes nas diretrizes do PMDE de Simão Pereira. No PMDE, a meta 4, que trata da inclusão, é composta de doze estratégias das quais destacamos:

4.1 – Implementar o atendimento à educação inclusiva em toda a rede de ensino.

4.3 – Garantir, no Projeto Político-Pedagógico das escolas (PPP), a inclusão de ações voltadas ao desenvolvimento à diversidade.

4.5 – Auxiliar os docentes em seus trabalhos pedagógicos, como forma de capacitá-los dia a dia ao atendimento da educação diversificada.

4.7 – Participar de programas de implementação, ao longo deste PMDE, de salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas.

4.8 – Estimular a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo, estabelecido através de parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.

4.10 – Promover a reestruturação dos espaços escolares ao atendimento à acessibilidade. (Simão Pereira, PMDE – 2015/2024).

Considerando a meta da universalização da educação, faz-se necessário trazer para o meio educacional 22,5% de pessoas entre 4 e 17 anos, com deficiência que ainda não frequentam escolas. Segundo as informações do PMDE, a grande barreira dessa meta está na resistência familiar. Uma das hipóteses levantadas sobre a resistência familiar é a falta de conscientização as famílias em relação à importância da sua participação na vida escolar de seus filhos.

A resistência familiar é vista pela escola e pela SME como uma barreira que precisa ser superada e, para tal, é importante investir na construção de uma sociedade consciente da importância da diversidade e da formação de um sistema educacional inclusivo. Para se construir uma comunidade inclusiva O'Brien (1999) ressalta:

A construção de uma comunidade começa com a aprendizagem que ocorre quando pessoas que estão separadas se encontram face a face, descobrem uma a outra e começam a adaptar-se mutuamente. Uma comunidade consciente desenvolve-se quando pessoas usam ciclos de aprendizagem interpessoal a fim de desenvolverem uma arquitetura social – conjunto de ferramentas, de sistemas e de estruturas que definem a escola como uma organização - que expressa e dá suporte a essa aprendizagem. (O'BRIEN, 1999, p. 54).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) consiste na identidade escolar e tem por finalidade orientar a prática pedagógica para a construção de uma realidade educacional inclusiva. São valores do PPP (2016):

Qualidade: estimular a inovação, capacitação e criatividade, com foco na aprendizagem de resultados.

Gestão: valorizar e manter o princípio de responsabilidade corporativa, de saber ouvir.

Autonomia: propiciar o exercício de autonomia e participação democrática do corpo docente e discente.

Respeito à diversidade: praticar a inclusão em toda sua expressão e possibilidade.

Interação e cooperação: vivenciar um ambiente de troca de saberes e afeto. (PPP, 2016).

Dos sete estabelecimentos de ensino do município de Simão Pereira, apenas a Escola Municipal Conceição Aparecida Rosso possui sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os alunos das outras escolas que necessitam do atendimento são direcionados para a EMCAR. Apesar da sala de AEE pertencer à Escola Municipal Conceição Aparecida Rosso, que possui o maior número de alunos

do município, por falta de espaço físico, a instalação da sala de recursos que atende alunos com deficiência intelectual, deficiência física, deficiência auditiva, baixa visão e déficit de atenção, funciona na Escola Municipal Pré Maurício Savino Cestaro.

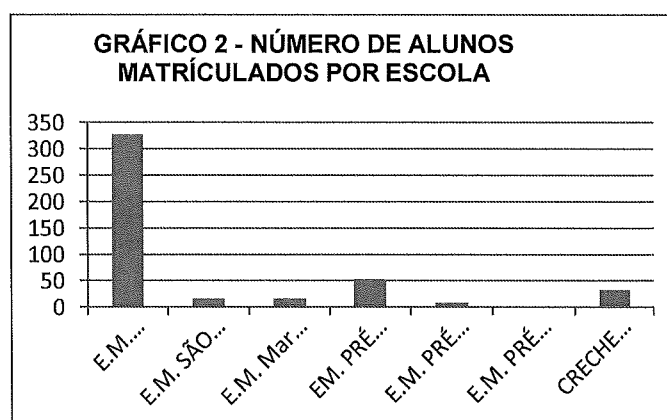
De acordo com o PPP, a aquisição de salas de AEE para os demais estabelecimentos é uma das metas a serem conquistadas. O AEE foi criado para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência e, dentre seus objetivos, destacamos:

Trabalhar as reais necessidades dos alunos, respeitando os ritmos e estilos diversos de aprendizagem, facilitando o processo de inclusão.
Desenvolver a autonomia dos alunos facilitando a aquisição de seus sistemas de valores.
Favorecer o desenvolvimento de habilidades inter e intrapessoais, disponibilidade permanente para aprender, desejo de vir a ser livre e felizes, facilitando a caminhada ao saber. (PPP, 2016).

Entre as escolas municipais de Simão Pereira existe uma disparidade em relação ao número de alunos matriculados. Dentre as três escolas de ensino fundamental I, a Escola Municipal Conceição Aparecida Rosso (EMCAR) é detentora de cerca de 90% das matrículas efetivadas no município.

No ano de 2017 a Escola Municipal Marechal Arthur da Costa e Silva foi desativada para fins de reforma, ficando o município com duas escolas de ensino fundamental I em funcionamento, a EMCAR e a Escola Municipal São Francisco de Paula.

As matrículas dos alunos, (totalidade, com e sem deficiência), em 2016, da rede municipal simonense, estão distribuídas conforme mostra o gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado pela autora (2016) ⁶

⁶ Os dados sobre o número de alunos matriculados em cada estabelecimento de ensino foram extraídos do PPP (2016) do município de Simão Pereira.

A sala de recursos atende diversos tipos de deficiência tais como: intelectual, física, auditiva, baixa visão e déficit de atenção. O atendimento tem duas formas de realização: individual ou em pequenos grupos. O tipo de atendimento varia de acordo com a necessidade de cada caso.

Além do AEE, a rede municipal de Simão Pereira teve, em 2015, o apoio do Projeto Articulação, sob a direção da Psicopedagoga Cristina Coronha Lima Vieira, que, em parceria com o Centro Universitário Estácio de Juiz de Fora, formou uma equipe de trabalho composta por alunos do curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional, que, voluntariamente, realizaram diagnósticos e intervenções psicopedagógicas, auxiliando no desenvolvimento cognitivo e afetivo dos alunos envolvidos no projeto.

De acordo as informações do PPP (2016), a rede municipal recebeu diversos materiais para a sala de recurso multifuncional, específicos para cada deficiência.

A formação continuada e o ambiente escolar fazem parte das políticas educacionais promovidas pela Secretaria Municipal de Educação – SME, que visa preparar não só o profissional, mas também o meio educacional, para que possam atender as necessidades oriundas da diversidade escolar, oportunizando a inclusão de todos os alunos.

Em relação à formação continuada dos professores, a SME promove:

- 1- Reuniões Pedagógicas – onde estarão reunidos os professores das diversas áreas do conhecimento, com possibilidade de palestras, troca de experiências e debates, com temas a serem definidos previamente.
- 2- Dia da Comunidade – onde são discutidas com a participação da comunidade escolar as necessidades e possibilidades de cada instituição a partir de alguns referenciais teóricos definidos previamente.
- 3- Programa de Formação continuada – cursos, simpósios, grupos de estudos, PNAIC (anos iniciais) com a utilização de diferentes recursos tecnológicos e com o apoio de materiais impressos, uso de mídias como Web, CRV do professor, Mec, etc.
- 4- Capacitações – advindas da SRE e da SME.
- 5- Seminário. (PPP, 2016).

A SME reconhece que um ambiente escolar bem preparado, com estrutura física que atenda as necessidades da demanda, é essencial para o desenvolvimento sadio da aprendizagem, entretanto, apesar dos investimentos já realizados nesse sentido, a SME ressalta que o atual espaço físico ainda não é suficiente para atender todas as necessidades e que, por isso, é preciso continuar trabalhando para buscar alternativas que contribuam para uma melhor adequação do espaço físico já existente.

Garantir o direito à educação na rede regular de ensino, dos estudantes com necessidades educacionais específicas faz parte das políticas públicas educacionais. A Secretaria de Educação do município de Simão Pereira, em consonância com o PNE (2014 - 2024), elaborou seu Plano Municipal de Educação, pautado nas metas estabelecidas pelo PNE, para viabilizar a inclusão escolar e o atendimento educacional especializado, entretanto, é importante avaliar como estas políticas funcionam na prática, quais são limites e possibilidades enfrentadas pela Secretaria Municipal de Educação, pelos gestores escolares, pelos professores e demais envolvidos neste processo, para garantir o direito de igualdade de oportunidade para os alunos com deficiência, que estão matriculados na rede municipal de ensino de Simão Pereira; assegurar o acesso e a permanência desses alunos na rede pública; e suprimir as barreiras que dificultam a implementação da educação inclusiva.

4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para o estudo e análise da dissertação, utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa documental, bibliográfica e de campo.

A pesquisa documental recorreu aos arquivos públicos municipais, estaduais e nacionais tais como os documentos publicados pelo Ministério da Educação e Governo Federal. Além disso, consultou também documentos públicos do município de Simão Pereira sobre as políticas públicas educacionais municipais empregadas pela Secretaria de Educação, da rede pública de ensino do referido município. Dentre os documentos municipais de Simão Pereira, que recorremos para a redação da dissertação estão o Plano Municipal Decenal de Educação (2015-2024), o Projeto Político Pedagógico do município e o Regimento Escolar das escolas municipais de Simão Pereira, disponibilizados pela Secretaria de Educação do município.

Para a coleta e elaboração dos dados estatísticos, teve-se como fonte as informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e dados coletados pela pesquisadora, através das observações realizadas em campo.

Os documentos proporcionaram a coleta de dados estatísticos sobre o número de alunos matriculados no ensino fundamental I, na rede pública e como esses alunos estão amparados pela Lei da Inclusão dentro das instituições de ensino, bem como as informações legais e as atuais ações e estratégias governamentais sobre o tema da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica teve por base as publicações de livros, teses, monografias e pesquisas realizadas sobre as políticas públicas de educação inclusiva. Tais como: Gohn (2011), Mantoan (2013), Monteiro e Manzini (2008), Ramos (2016), Stainback (1999), Toledo e Vitaliano (2012), dentre outros.

A pesquisa de campo envolveu a aplicação de entrevista semiestruturada e observação.

Inicialmente, realizei um levantamento de dados sobre a política educacional traçada pela SME de Simão Pereira e estudei o desenho e a implementação dessa política, dando ênfase no que tange à educação inclusiva, analisando os impactos dessa política nos campos que compõem o cotidiano escolar dos alunos com deficiência, enfocando os dados qualitativos dessa política.

Em seguida, realizei uma pesquisa de campo para obter informações sobre as influências das ações pedagógicas na implementação das políticas inclusivas, praticadas no município de Simão Pereira. Através de entrevistas com professores das escolas públicas, do ensino fundamental, do referido município, busquei verificar os aspectos positivos e negativos advindos da implementação da política pública voltada para a inclusão escolar.

Foram coletadas informações das ações pedagógicas implantadas nas escolas, a fim de atender as necessidades dos alunos; do recebimento de material didático apropriado; da criação de salas de recurso; do acompanhamento pedagógico dos alunos; da acessibilidade dos alunos com deficiência ao espaço físico da escola e da relação da família dos alunos com a escola, dando ênfase para as famílias dos alunos com deficiência.

De acordo com os resultados obtidos, relatei os dados qualitativos oriundos do processo de implementação das políticas públicas do Município de Simão Pereira, direcionadas para a educação inclusiva, voltada para os alunos com deficiência.

5. AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA

5.1 As Observações de Campo

As observações realizadas nas escolas de ensino fundamental I, da Rede de Ensino de Simão Pereira, foram realizadas no ano de 2017 e registradas no Diário de Campo.

O município disponibiliza sete transportes escolares, composto por três Kombis, uma Van e três Micro-ônibus que percorrem diversas fazendas da região, o distrito de Souza Aguiar, região de Cambuí e Balança e cidade de Juiz de Fora, levando e buscando alunos e professores, facilitando assim o acesso às escolas.

Em 2017, a Escola Municipal Marechal Arthur da Costa e Silva foi desativada para fins de reforma, o que reduziu a pesquisa de campo para duas escolas municipais: Escola Municipal Conceição Aparecida Rosso (EMCAR) e Escola Municipal São Francisco de Paula (EMSFP).

5.1.1 Escola Municipal Conceição Aparecida Rosso (EMCAR)

Inicialmente era denominada Escola Estadual Nivalva Caruso Lins e funcionava em prédio de propriedade do Estado de Minas Gerais, após a municipalização das turmas em janeiro de 1998, a escola recebeu o atual nome em homenagem a uma professora muito querida pela população e pelo fato da construção da escola ter sido realizada no terreno da Família Rosso, passando o prédio a pertencer ao Município, localizado na Rua do Rosário, 322. Em dezembro de 2000, o prefeito Ênio Lúcio Ferreira Costa emitiu um comunicado ao Sr. Secretário de Estado de Educação, informando a transferência da escola para o novo prédio escolar pertencente ao município de Simão Pereira.

Atualmente, a EMCAR, oferece o ensino fundamental I e II e EJA (Educação de Jovens e Adultos) anos iniciais e finais. Por falta de espaço físico, o AEE funciona na brinquedoteca do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado no centro da cidade.

A composição do espaço físico da EMCAR carece de adequações na cozinha, no refeitório e nos banheiros, os quais não são adaptados para alunos com deficiência. A escola possui espaço físico para ampliação, mas não há recurso financeiro para a construção.

Na escola, há prática de divisão de turmas de acordo com o grau de dificuldade, apesar da Superintendência de Ensino orientar a formação de turmas heterogêneas, segundo as informações repassadas para a pesquisadora, pela direção, por meio de uma conversa informal, a escola optou por uma divisão mais homogênea para não prejudicar os alunos do município de Simão Pereira, já que a escola recebe alunos de outras localidades que têm grandes dificuldades e defasagens de aprendizagem. Assim, o planejamento anual é diferenciado, sendo que as turmas A atendem ao currículo do ano escolar, e as turmas B, as quais são formadas por alunos com problemas de aprendizagem, tem um currículo diferenciado para atender as necessidades desses alunos.

Ainda, segundo as informações recebidas, os alunos com problemas de aprendizagem, geralmente, têm um convívio familiar conflituoso e há possibilidade desses alunos conviverem com a presença de drogas, alcoolismo, violência doméstica, violência sexual, abandono materno e/ou paterno, o que dificultam ainda mais o processo de aprendizagem deles.

São poucos os alunos com deficiência que possuem diagnóstico. A maioria apresenta grandes dificuldades cognitivas e sociais, observam-se reações que leva a pensar na possibilidade de o aluno ter alguma deficiência intelectual, mas não há diagnóstico médico. Diante das informações que recebemos das professoras, levantamos duas hipóteses para a falta do laudo médico: (I) A família não encaminha o filho para avaliação médica; (II) A família não disponibiliza o laudo ou não admite ter o laudo médico, por receio de o filho sofrer preconceito e/ou discriminação. Diante das observações de campo, a questão sobre a falta de comprometimento da família na vida escolar dos alunos também é ressaltada pela equipe pedagógica.

O Programa Mais Educação criado pelo Governo Federal, em 2010, visa ampliar a jornada escolar e desenvolver habilidades dos alunos. Em 2015, o Projeto Mais Educação inicia-se na EMCAR com oitenta alunos participantes, funcionando com quatro turmas, divididas em dois turnos (manhã e tarde).

Em 2017, o Programa Mais Educação foi reprogramado para iniciar em agosto e teve a adesão de cinquenta alunos do ensino fundamental I e II, também divididos em dois turnos (manhã e tarde).

O Programa Mais Educação pode ser visto como um meio de desenvolver um trabalho cooperativo entre os alunos, auxiliando na implementação de atividades inclusivas, dando a todos a oportunidade de participar.

Dentre esses alunos, há uma aluna com deficiência física que participa das atividades oferecidas de forma satisfatória e interage com os demais alunos, sendo bastante alegre e comunicativa. A principal atividade é o apoio pedagógico nas disciplinas de Matemática e Português, além disso, oferece aulas de música, caratê, e dança e visa tirar as crianças da rua. O Programa tem parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que disponibiliza aulas de basquete, pintura, artesanato, capoeira e futsal.

Em relação ao apoio pedagógico prestado aos alunos com deficiência, na sala de aula regular, o município contrata estagiário do curso de Pedagogia para acompanhar os alunos que necessitam de atendimento específico. A seleção dos estagiários é realizada através do CRAS.

A participação da família na vida escolar dos alunos tem sido colocada pela escola como entrave para o desenvolvimento da aprendizagem. Quando se trata da inclusão dos alunos com deficiência, do processo de aprendizagem deles, aparenta ter uma maior resistência por parte da família. Há famílias que questionam a aprovação de seus filhos, alegando que os mesmos não aprenderam como os outros que não possuem deficiência e que, portanto, não têm condições para avançar nos estudos. Tal alegação supõe a falta de conhecimento dos pais em relação ao processo de aprendizagem de seus filhos, além disso, percebemos que a família também precisa ser acolhida pela escola e pelo poder público.

Diante das dificuldades por parte das mães para entender o progresso e a aprovação de seus filhos, a escola convidou a pesquisadora para conduzir uma reunião, a fim de falar sobre a importância da família na educação escolar dos filhos e convidou cinco mães de alunos com deficiência. A reunião foi marcada para ser realizada na EMCAR, mas as mães convidadas não compareceram, uma mãe ligou justificando a ausência, e outra foi representada por uma de suas filhas que compareceu na escola na hora marcada, as outras três mães convidadas não compareceram e nem justificaram. A reunião aconteceu com a participação da filha

que foi representar a mãe, da bibliotecária da escola, da professora do AEE, da professora de apoio, da coordenadora e da vice-diretora. A ausência das mães reforça a questão da resistência familiar que consta no PPP do município.

Uma professora relatou que as mães de alunos com deficiência não gostam de estar em grupo, pois, assim, os demais pais ficam sabendo da deficiência de seus filhos, a reunião deve ser individualizada. Acrescentou ainda que, quando o filho não aparenta fisicamente a deficiência, os pais não levam para o AEE e que a resistência familiar tem sido um grande obstáculo para inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

5.1.2 Escola Municipal São Francisco de Paula (EMSFP) e Escola Municipal Pré-Escolar Circo Encantado (EMPECE)

Em prédio próprio, funcionam as duas escolas, localizadas no distrito de Souza Aguiar. A EMSFP oferece o ensino fundamental I e na EMPECE funciona o maternal e 1º e 2º períodos, em turma multisseriada.

A EMSFP possui três salas de ensino fundamental I, um refeitório, banheiro masculino e feminino, sala de informática e pátio coberto que atende às duas escolas. A EMPECE possui uma sala de aula, banheiro masculino e feminino. As duas escolas funcionam apenas na parte da manhã e têm um total de 34 alunos, sendo 7 da EMPECE e 27 da EMSFP.

Na EMSFP, as turmas do ensino fundamental I estão distribuídas da seguinte forma: 1º e 2º anos (multisseriada), 3º ano e 4º e 5º anos (multisseriada). O corpo docente é composto por três professoras regentes de turma, um professor de Educação Física, um professor de Inglês, uma professora de Arte, uma professora de Ensino Religioso e um professor de Informática. No prédio da EMSFP, no período da noite, funciona o telecurso do 6º ao 9º ano, que tem 19 alunos matriculados e, entre eles, mães de alunos da escola.

Na EMSFP não há matrícula de alunos com diagnóstico de deficiência seja ela física ou intelectual, mas segundo os relatos das professoras, há alunos com grandes dificuldades de aprendizagem.

Sobre as dificuldades enfrentadas para ensinar os alunos que apresentam sérios comprometimentos de aprendizagem, as professoras destacaram:

- A presença da fonoaudióloga e da psicóloga na escola é bem esporádica, e as professoras ficam a maior parte do tempo sem apoio desses profissionais.
- O baixo nível de instrução das famílias.
- A falta de compromisso das famílias em relação à vida escolar dos filhos.
- Falta de recurso material, como por exemplo, a inexistência de uma máquina de cópias, o que dificultam a elaboração das atividades.
- A constante queda da internet que dificulta o acesso aos recursos digitais da escola.

Uma das professoras relatou que há alunos que, ao concluírem o 5º ano, vão dar continuidade aos estudos em escolas de Levy Gasparian, município bem próximo, mas, ao ingressarem nas escolas de Levy Gasparian não conseguem acompanhar a turma e acabam regredindo no ano escolar, o que leva a pensar na existência de uma disparidade na educação entre os dois municípios.

O foco da pesquisa centrou-se nas práticas pedagógicas da EMCAR, por ser a escola do município com o maior número de alunos matriculados no ensino fundamental I e II e pelo fato de a escola ter alunos com deficiência.

5.2 Entrevistas

No segundo semestre de 2017, iniciou-se as entrevistas com as professoras regentes de turma do ensino fundamental I, que atuam na EMCAR. O quadro funcional da escola possui nove professoras de anos iniciais, sendo que, no ano de 2017, elas estão remanejadas da seguinte forma: duas professoras regentes no 1º ano (turmas A e B), uma professora regente no 2º ano, uma professora regente no 3º ano, duas professoras regentes no 4º ano (turmas A e B) e duas professoras regentes no 5º ano (turmas A e B). Das nove professoras, duas delas não se propuseram a participar da entrevista.

Optou-se pela entrevista semiestruturada que teve por objetivo obter informações sobre as práticas pedagógicas que interferem na implementação das políticas de inclusão dos alunos com deficiência. Para atingir essa meta, foram realizados alguns questionamentos comuns a todas as professoras, que descreveremos a seguir. Com base nesses questionamentos, deu-se início às entrevistas com as professoras regentes de turma do ensino fundamental I.

Os questionamentos abordados foram:

- Todos os seus alunos participam da atividade extraclasse?
- De um modo geral, como é o desempenho escolar de seus alunos?
- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta em sala de aula?
- Como você vê o desempenho escolar dos alunos com deficiência intelectual?
- O que é o fracasso escolar para você?
- Quais são as barreiras que você enfrenta para ensinar seus alunos com deficiência?
- De um modo geral o que você acha que poderia ser feito para melhorar a qualidade da educação oferecida pela escola?
- Quais são as suas sugestões para melhorar a qualidade da educação de alunos com deficiência?

A atividade extraclasse é um complemento da atividade desenvolvida em sala de aula, que favorece o desenvolvimento da criatividade e é vista como elemento motivador na busca pelo conhecimento, por facilitar o entendimento do conteúdo trabalhado em sala de aula. Essa atividade pode beneficiar muito os alunos com deficiência, pois permite que eles vivenciem experiências que contribuam para a assimilação do conteúdo estudado em sala de aula, além de promover a inclusão, garantindo a eles o direito de participação ativa das atividades escolares junto aos colegas e o acesso a todas as dependências da escola.

Sobre a participação dos alunos nas atividades extraclasse, uma das professoras relatou que seus alunos não têm atividades extraclasse, que as aulas diversificadas já estão incluídas no currículo.

Não. Extraclasse não. Pra minha turminha aqui do ... ano não. Tem o Projeto Mais Educação, mas não para o ... ano. Eles têm um dia que eles têm aula diversificada, de artes, de educação física, mas dentro do currículo mesmo.

Em relação às outras turmas, cinco professoras afirmaram que seus alunos têm atividades extraclasse. Três professoras falaram que todos os seus alunos participam, e duas professoras disseram que nem sempre, porque, às vezes, estão de castigo ou porque a família não permite a participação deles ou ainda porque os alunos não gostam.

Tem uns que às vezes está de castigo e uns que realmente não gostam.

Alguns devido aos pais não deixarem ou não trazerem as crianças, aí nem todos participam da atividade extraclasse, mas a maioria, quando não vem, é porque os pais não vêm trazer e aí deixa de participar.

Uma escola inclusiva é capaz de reconhecer as diferenças e buscar a participação de todos e, nessa condição, a família consiste em uma grande aliada para o sucesso cognitivo e social do aluno. É na família que a criança recebe seus primeiros aprendizados, construindo valores e referenciais. Na vida escolar de alunos com deficiência, a participação da família é muito importante para o sucesso da inclusão deles, a ela cabe incentivar e acompanhar o progresso de seus filhos e prepará-los para a vida. Família e escola devem formar uma parceria em que ambas possam trocar experiências que favoreçam o bem estar e o aprendizado do aluno.

Logo no início das entrevistas, a questão familiar já aparece como um obstáculo para o desenvolvimento das atividades escolares e para a implementação das políticas de inclusão, e essa situação faz-se presente ao longo das entrevistas e, em alguns momentos, a falta de apoio familiar também aparece aliada a outros fatores.

Um ambiente favorável à inclusão precisa favorecer o desenvolvimento pleno de todos os alunos, buscando alternativas que atendam às necessidades de seu público alvo, proporcionando a todos o direito a uma educação de qualidade, sem discriminação e /ou preconceito.

Através do desempenho escolar, podemos avaliar os efeitos das políticas educacionais no processo de aprendizagem dos alunos, pois, de acordo com o desempenho, podemos avaliar a eficácia do currículo escolar.

Em se tratando do desempenho escolar dos alunos, de um modo geral, cinco professoras salientaram que seus alunos têm um bom desempenho, sendo que as professoras que lecionam em turmas A e B direcionaram o bom desempenho apenas para as turmas A, ficando as turmas B com o conceito de baixo desempenho escolar, e, em relação às turmas que apresentam baixo rendimento escolar, as professoras disseram que a indisciplina, a falta de compromisso da família e do aluno e a imaturidade deles afetam o desenvolvimento escolar comprometendo o desempenho da aprendizagem.

Nem todos os alunos, às vezes, vêm no dia em que tem aula de reforço, mas os que vêm têm um bom desempenho.

São bem participativos né?! São interessados, alguns tem (pausa) às vezes uma distração, pouquinho devido à agitação e tudo, mas a gente sempre está buscando né?!

Essa turma específica, desse ano de 2017, é uma turma bem imatura.

As professoras que lecionam nas turmas A e B relataram que as turmas A têm um excelente desempenho e que as turmas B deixam a desejar, são difíceis e apresentam dificuldades em aprender.

Eu tenho duas turmas A e B, em uma é satisfatório, aí na outra eu já tenho mais dificuldade em aprendizagem, porque eles já chegaram com defasagem.

Turma A é excelente, acompanha bem o conteúdo, faz as atividades, faz o dever de casa, trabalho, faz tudo, o... B já é mais (pausa) difícil.

A turma A é excelente, não tem problema nenhum. O conteúdo, tudo que é pedido, é conseguido fazer, eles não têm problemas, são muito espertos. A turma B tão fazendo também, mas num ritmo mais devagar, eles não estão com a mesma habilidade da outra turma, do A, e nessa turma B eu tenho dois alunos que nós trabalhamos diferenciado com eles. Eles estão na fase da alfabetização.

Ao serem questionadas em relação as suas maiores dificuldades em sala de aula, as professoras disseram que a defasagem escolar, a falta de compromisso dos alunos com as tarefas escolares, a indisciplina, a falta de orientação dos pais, a falta de estrutura familiar e falta de conceitos básicos de socialização são fatores que dificultam a ação docente.

A maior dificuldade que eu percebo neles é uma defasagem na aprendizagem; na questão da língua portuguesa e do ensino da matemática.

A maioria é falta de compromisso deles, não fazem dever de casa, não fazem trabalho.

Para ensinar? Falta de interesse deles, infelizmente.

A dificuldade na turma B é a indisciplina, é complicado trabalhar o conteúdo porque toda hora tem que parar para chamar atenção. Muitos não fazem o dever de casa, então, a gente percebe também que não tem orientação dos pais.

Eu acho que a maior dificuldade é a estrutura familiar, a falta de estrutura familiar, entendeu? A gente tem muito esse problema aqui no município.

Aqueles conceitos básicos até de socialização.

Ah! Dificuldade que vou é (pausa) é mesmo esse apoio da família. A família aqui, às vezes, somos nós professores mesmo a família.

Ao direcionar o desempenho escolar para os alunos com deficiência intelectual, somente uma professora admitiu que eles alcançassem progresso no seu desenvolvimento cognitivo.

Dentro das necessidades que eles precisam a gente vê que gradativamente eles vêm melhorando.

Outra alegou não ter tido ainda nenhum caso de aluno com deficiência em sua sala de aula e, por esse motivo, não poderia falar sobre o desempenho escolar de alunos com deficiência.

As demais entrevistadas, que tiveram ou têm alunos com deficiência, levantaram algumas questões relativas à prática pedagógica que dificultam o sucesso da implementação das políticas de inclusão. São elas: (I) o difícil controle da professora em relação ao comportamento desses alunos; (II) a falta de apoio por parte de profissionais especializados; (III) a dificuldade no processo de socialização desses alunos; (IV) a difícil tarefa de conquistar a confiança deles e (V) a falta de motivação para o estudo por parte das famílias.

Outra questão direcionada às professoras, foi em relação ao fracasso escolar. Esse assunto é muito discutido atualmente e de grande relevância tanto para o processo de aprendizagem quanto para a inclusão. Contexto familiar, social, político e cultural estão fortemente ligados ao fracasso escolar. Diante da questão referente ao fracasso escolar, família, a falta de interesse, a dificuldade para ensinar, as desigualdades sociais e culturais e a desistência do aluno em relação à escola são fatores apontados pelas entrevistadas como sendo os elementos responsáveis pelo fracasso escolar do aluno. Como podemos perceber nas falas a seguir:

Ela pode trazer, às vezes, de casa, uma carência familiar e ela traz pra dentro da escola essa carência.

A gente percebe que a gente tem que se dá um pouco mais né? Além daquilo que a gente aprendeu, que a gente acredita, que gente trabalha, que a escola propõe, a gente precisa resgatar um pouco mais essa questão familiar.

O fracasso escolar aqui tá na família, falta de apoio muito, muito, muito. Que mais a gente faz, tem o PIP, reforço, Mais Educação, tem tudo e a família não ajuda então ele sozinho não consegue.

Considero o fracasso escolar quando a gente entra numa sala e não consegue trabalhar alfabetização com os alunos, chega no final do ano eles não conseguem ler, escrever, às vezes alfabetiza, mas não tem aquele letramento. Consegue ler as palavras simples, mas, no dia a dia, se for à

rua e tiver que pegar um transporte público ou alguma coisa é bem complicado.

Eu acho assim: a falta mesmo de apoio também familiar né? E às vezes um probleminha que a criança, às vezes, tem né? Intelectual, entendeu?

Ele é terrível, detona qualquer autoestima, ele não é o aluno não aprender... Ele chega com muitas que ele adquiriu durante a vida e (pausa), mas aquela aprendizagem dele, aqueles conceitos que ele construiu não são aceitos na escola... Eu sou adepta da pedagogia do afeto, que eu estou sempre ali trocando, recebendo, dando, porque, se não tiver essa troca, não tem aprendizagem e se você não considera o aluno como peça principal de toda essa engrenagem, para tudo! Aí se instala realmente o fracasso escolar.

É quando o aluno não tem autoestima nenhuma... Quando o aluno desiste da escola mesmo.

Seja qual for o projeto educacional que a escola promova, a participação da família é decisiva para o sucesso, pois é na família que se forma o caráter, que se prepara para a vida, portanto, por mais que se invista em políticas públicas em prol da inclusão, por mais que a escola se dedique na implementação de tais políticas, se não houver a participação ativa da família nesse processo é certo que surgirá grandes obstáculos que dificultarão e até impedirão a efetivação de tais políticas.

As diferenças sociais e culturais entre família e escola, quando não são respeitadas e trabalhadas em conjunto, contribuem para o fracasso escolar e para o fracasso da inclusão dos alunos no ambiente escolar. Alunos que vivem em condições sociais muito baixas tendem a ter mais dificuldades com o currículo escolar e são mais suscetíveis à exclusão dentro do ambiente escolar, por não conseguirem acompanhar os conteúdos ministrados e não alcançarem um rendimento escolar favorável.

A forma como a escola lida com as desigualdades sociais e culturais é também outro fator que vai influenciar na implementação das políticas de inclusão. Saber mediar os conflitos dessa relação desigual, desenvolver e aplicar estratégias de ensino renovadoras, baseadas nas necessidades de seus alunos e criar um clima escolar motivador tanto para professores quanto para alunos e familiares são algumas ações que contribuem para a inclusão dos alunos com deficiência e de suas famílias nas instituições de ensino.

Muitos são os desafios e barreiras que professores e alunos com deficiência, de todo o país, enfrentam nas escolas regulares para promover a inclusão e garantir o desenvolvimento da aprendizagem desses alunos. Questões como o currículo e a

cultura escolar, o espaço físico e as metodologias de ensino tornaram-se grandes entraves para efetivação da inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino e essas barreiras só são minimizadas e até eliminadas, quando há mobilização de recursos. Entende-se aqui que recursos não se reduzem a investimentos financeiros, mas também investimentos no desenvolvimento do aluno, na formação continuada do professor, na parceria com a família, com os profissionais especializados, nas mudanças de atitude diante da construção do currículo escolar, na construção das políticas educacionais e nas práticas pedagógicas que irão nortear todo o trabalho.

Em se tratando das barreiras enfrentadas pelas professoras do ensino fundamental I para ensinar seus alunos com deficiência, um obstáculo já mencionado, anteriormente, vem à tona novamente: o apoio familiar, entretanto, destacam-se também outras barreiras que impedem o bom desenvolvimento do aluno com deficiência. Essas barreiras foram: (I) a dificuldade do professor regente de turma em distribuir sua atenção entre o aluno com deficiência e os demais alunos; (II) Insuficiência do tempo para dedicação ao aluno com deficiência; (III) Dificuldade em lidar com a diferença (IV) a rotulação aos alunos com deficiência; e (V) a falta de preparação do professor para lidar com a inclusão dos alunos com deficiência, como se pode verificar nas falas a seguir:

Questão de conscientização, de entender aquela criança como a criança que precisa de um recurso a mais, né? E a gente percebe que, às vezes, tem uma resistência muito grande da família em entender que o filho precisa de um trabalho diferenciado, e as famílias, às vezes, não aceita tá!

É lidar com ele e com o restante. Que tem que dar mais atenção a ele e fica defasagem no restante, ou dou atenção para um ou dou para o outro.

Barreira do dia a dia é assim é o tempo, porque a gente não trabalha só com essa dificuldade do aluno, tem outras dificuldades dentro da sala, tem alunos que não tem dificuldade, então, assim, trabalhar o conteúdo, dividir um pouco para um e um pouco para o outro, o tempo fica muito curto, então é complicado trabalhar.

Ah! A gente sente assim uma dificuldade, porque é uma é uma diferença né?

A nossa clientela não tem o apoio da família. Aí chega, a escola classifica, os colegas classificam, então é como você tivesse nadando num mar aberto, sozinha. Todo mundo te puxando, você acredita no aluno, mas ele não se acredita, a família não acredita, o restante da escola não acredita e todo aquele trabalho que você tenta fazer, um trabalho diferente, você também é classificado.

Diante das barreiras enfrentadas pelo corpo docente, no seu dia a dia, para ensinar seus alunos com deficiência e/ou seus alunos com grandes dificuldades de aprendizagem, questionou-se as sugestões do corpo docente para melhorar a qualidade do ensino oferecido pelo município e para melhorar a qualidade da educação dos alunos com deficiência.

As sugestões das professoras entrevistadas para a melhoria da educação do município e para a melhoria da qualidade da educação dos alunos com deficiência e/ou grandes dificuldades de aprendizagem, foram:

- Conscientizar a família sobre a necessidade de participar da vida escolar do filho.

Muitos são desassistidos, totalmente, num tem uma assistência em casa. Eu acho que a família é tudo numa educação.

- Necessidade do acolhimento da família por parte da escola.

A escola tem que acolher essa família, trazer a família para junto, trabalhar junto com a família.

- Assiduidade dos alunos nas atividades extraclasse.

Às vezes as crianças não vêm né?! Tem aulas de reforço, tem as aulas do AEE, tem os projetos, tem o Mais Educação e tem uma frequência pequena né?!

- A presença de profissionais especializados dentro das escolas.

Eu acho que a escola deveria de ter profissionais, psicopedagogos para estar atuando, diariamente, para tá desenvolvendo projetos dentro das questões específicas de cada criança, porque cada aluno tem a sua individualidade na questão do aprender, então tem que ter, eu acho que a escola precisa de ter mais profissionais, uma equipe multifuncional, é isso que precisa.

- Suporte por parte da escola e dos governantes para auxiliar o professor em sala de aula e uma visão educacional mais voltada para as diferenças por parte dos professores.

Olha! Se o próprio professor se visse de maneira diferente, que ele acolhesse mais os alunos e que fosse acolhido também, que tivesse um suporte da escola e dos governantes o pontapé inicial já teria sido dado. Porque, muitas vezes, é como eu estou te falando, nós enquanto professores, nos sentimos abandonados, nós nos sentimos carregando o mundo nas costas, porque é só a gente que se preocupa.

- Em casos de alunos com deficiência, a escola deve receber o laudo e ser informada a respeito das necessidades específicas desses alunos

e quando necessário contratar um profissional para auxiliar em sala de aula.

Ter um laudo médico mesmo e um acompanhante.

- Necessidade de se separar o aluno com deficiência dos demais que já avançaram nos estudos em relação a ele.

Eu acho que teria que separar, assim: ele avançou um pouquinho, aí coloca na outra turma pra ele ir pegando outras atividades ... se juntar eu acho que não rende para nenhum dos dois.

- Cursos de capacitação com conteúdos curriculares que auxiliem os professores a conduzir a aprendizagem dos alunos com deficiência, dentro e fora da sala de aula.

Eu acho que para nós professores é assim: cursos para a gente aprender a trabalhar isso no dia a dia, uma especialização melhor, um ensinamento melhor para poder lidar.

Talvez um estágio lidando com a criança ali. É quem tá aqui embaixo na educação que ensina pro outro.

- Atividades no contraturno para trabalhar as dificuldades de aprendizagem.

O trabalho mesmo no contraturno né?!

- Maior esclarecimento por parte das políticas públicas de como funciona o assistencialismo dado às famílias de baixa renda.

A política pública dá muita assistência né? É bolsa família... Mas, são algumas políticas, que às vezes vai deixando o pai de lado. A gente tem dentista na escola, então assim o pai acha agora que é sua obrigação, eles já mandam bilhete: a dentista está na escola hoje tia? Minha mãe mandou olhar esse dente aqui... O governo não explica, às vezes, como vai acontecer. Não explica como é funcionamento daquela assistência, entende? E com isso a família vai achando que tudo é da escola.

Toda responsabilidade na escola, além da educação.

Eu acredito que esse assistencialismo vem errado, ele não é trabalhado, ele não ensina a família como fazer, ele quer já trazer pronto, então é isso que tá faltando aí, essa visão.

- Uma maior parceria entre as Secretarias de Educação, Saúde e Cultura e entre os professores da Rede Regular e profissionais especializados que trabalham no município.

A gente precisa de um atendimento com mais parcerias também. Buscar a família, ter mais atendimento, mais especialistas, mas dividir também esse atendimento com a gente.

Muitas vezes, eles (especialistas como fonoaudiólogo e psicólogo) pedem pra gente o relatório, aí a gente senta e faz o relatório. Mas esse relatório a gente pede de volta: mas você, por favor, peça a ele que também me envie um relatório. Mas não volta!

Teve um trabalho lindo da Secretaria de Cultura... Fizeram um trabalho lindo de teatro. Pra nós duas aqui embaixo não chegou nenhum convite dessa semana teatral que teve na cidade, então os nossos da roça mesmo né! Da zona rural, que já não tem acesso nenhum, nem ficaram sabendo.

É tudo muito segregado, cada um no seu cantinho, cada um no seu quadrado.

Diante dos dados coletados através da observação de campo e das entrevistas semiestruturadas, pode-se perceber os limites e as possibilidades de efetivação das políticas públicas de inclusão dos alunos com deficiência, na Rede Regular de Ensino, do município de Simão Pereira.

Os limites esbaram em problemas que envolvem tanto fatores internos quanto fatores externos à política educacional, sendo que a questão familiar dos alunos, que é um fator externo, foi ressaltada, pelo corpo docente, como sendo o grande entrave para a inclusão dos alunos com deficiência na Rede Regular de Ensino do município. Entretanto em virtude do não comparecimento das mães na reunião marcada pela escola, não foi possível estabelecer um contato com as mães dos alunos, a fim de ouvi-las e saber o que elas pensam e sentem em relação à educação escolar de seus filhos. Portanto, a entrevista com as mães, que foi projetada para ser realizada nessa pesquisa, não foi possível de ser executada.

As possibilidades da implementação das políticas de inclusão dos alunos com deficiência na Rede Regular de Ensino de Simão Pereira são construídas mediante ações pedagógicas que visam o respeito à diversidade e buscam alternativas para amenizar as desigualdades no âmbito escolar. Entretanto, há necessidade de combater os problemas de ordem interna e externa, apontados nesta pesquisa, pelo corpo docente, que dificultam e até impedem a efetivação das políticas inclusivas.

Uma escola inclusiva oferece não somente o acesso à escola, mas também o acesso ao currículo, à sala de aula, o respeito pela diversidade, o atendimento às necessidades educacionais dos alunos, garante a igualdade de oportunidades para todos. Para que as metas traçadas para a efetivação da educação inclusiva sejam alcançadas é imprescindível que haja um esforço unificado e consistente por parte de todos os envolvidos no processo de implementação das políticas educacionais.

Os professores da Rede Regular de Ensino do município de Simão Pereira, através das entrevistas semiestruturadas, deram valiosas contribuições para o entendimento do processo de implementação das políticas de inclusão. Levantaram problemas tanto de ordem interna quanto de ordem externa às políticas, falaram de suas angústias, de suas inseguranças, e por atuarem diretamente com os alunos sugeriram mudanças com o propósito de contribuir para a efetivação da inclusão dos alunos com deficiência na Rede Regular.

A direção da EMCAR não pôde conceder entrevista para a pesquisa, alegando não ter disponibilidade de tempo.

Apesar da importância da parceria da família com a escola, para o sucesso da inclusão, constatamos, por meio das observações e campo e das entrevistas semiestruturadas, que não há uma parceria entre família e escola, na rede regular de ensino de Simão Pereira, pelo contrário, há uma lacuna entre a família e a escola. A falta de apoio dela na vida escolar dos alunos foi relatada por todas as professoras entrevistadas. Entretanto, não foi possível coletar informações junto às famílias, porque a pesquisadora não teve acesso a elas e, conseqüentemente, não foi possível realizar entrevistas.

6. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO SIMONENSE: A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA

No desenvolvimento desse capítulo tomaremos por base teórica para a construção de uma escola inclusiva as contribuições de Ramos (2016), construídas através de sua experiência no campo da inclusão dos alunos com deficiência no Brasil.

Diante das sugestões do corpo docente e das observações realizadas durante o ano letivo de 2017, pode-se perceber que há alguns entraves que impossibilitam a implementação das políticas educacionais de inclusão dos alunos com deficiência, na Rede Regular de Ensino Simonense.

Todas as professoras que participaram da entrevista salientaram a questão familiar, colocando-a como o grande obstáculo para ações pedagógicas. O apoio da família é fundamental para o desenvolvimento do aluno, mas também é de fundamental importância a conscientização da comunidade escolar em relação às práticas de inclusão e a relevância dela para o crescimento e desenvolvimento de todos.

No PMDE (2015-2024), na meta 4, referente à inclusão, encontramos uma estratégia que visa “estimular a participação das famílias e da sociedade na construção de um sistema educacional inclusivo. O PPP tem o compromisso de “praticar a inclusão em toda a sua expressão e possibilidade”. Para alcançar tais objetivos, é necessário que todos estejam dispostos a abrir mão de velhos paradigmas e se dispor a conhecer novas formas de ensinar/aprender.

Quando se fala em inclusão de alunos com deficiência, Stainback (1999) destaca que o negativismo, o pessimismo e a resistência são bem marcantes dentro da comunidade escolar e dentro das famílias. Para o autor, isso distancia as pessoas com deficiência das escolas e do convívio social, o que impede o pleno exercício da cidadania por parte das pessoas com deficiência. Portanto, é de extrema relevância que se conscientize a comunidade escolar e a família sobre a importância da inclusão, entretanto, essa não é uma tarefa fácil, pois exige um trabalho contínuo e abrange toda a equipe escolar e as famílias dos alunos.

As desigualdades socioeconômicas e culturais das famílias são um dos grandes problemas vivenciados pelas escolas municipais de Simão Pereira. De acordo com relatos das professoras, a maioria das famílias tem baixa instrução e possui uma renda familiar que, na maioria das vezes, não supre as necessidades básicas de saúde. Essa disparidade dificulta e até impede o entendimento, por parte das famílias, da necessidade dela estar à frente da educação de seus filhos, o que faz com que essas famílias deixem as questões educacionais a cargo da escola.

Para estabelecer a parceria entre família e escola, uma das professoras, mencionou a necessidade de a escola buscar a família. Nesse sentido, percebe-se que é indispensável que a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a equipe pedagógica das Escolas da Rede Regular de Ensino, desenvolva projetos que envolvam a participação da família na vida escolar de seus filhos. Não existe uma regra que traga a família para a escola. Cada comunidade é única e tem suas próprias peculiaridades, portanto, cabe à escola buscar junto às famílias os meios possíveis para realização dessa parceria.

A presença da família pode contribuir muito para solucionar os problemas de assiduidade dos alunos nas atividades extraclasse, pois, quando houver uma maior conscientização da família em relação à importância da educação escolar dos seus filhos, ela também apoiará as atividades extraclases.

Algumas escolas públicas já encontraram caminhos que levaram a essa parceria, através de projetos que visam trazer a família para junto da escola e obtiveram excelentes resultados: Os projetos são:

- Projeto "Escola de Pais" - Desenvolvido pela E.E. Euclides Bueno Miragaia, em São José dos Campos, município da região do Vale do Paraíba. Os encontros são promovidos desde 2011 pela escola e contam com palestras e dinâmicas de grupos ministradas por psicólogos, terapeutas, assistentes sociais e outros especialistas. Os temas das reuniões são voltados ao relacionamento familiar e a importância dos pais serem participativos. (<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/projeto-escola-de-pais-leva-familia-para-a-sala-de-aula-e-transforma-a-vida-dos-filhos/>).
- Projeto "Viajando no Mundo da Leitura"- Com o intuito de motivar ações como esta, na qual a leitura familiar se torna uma prática diária, direção e equipe pedagógica da Escola Municipal Maestro Aniceto Matti, em Maringá, criaram o projeto "Viajando no Mundo da Leitura". (<http://blogs.odiarario.com/odiarionaescola/2013/09/18/escola-desenvolve-projeto-que-incentiva-leitura-familiar/>).
- Projeto Amor Presente – A Escola Municipal Centenário de Boa Vista, no bairro Aparecida, zona Norte, Boa Vista, RR, desenvolve o projeto Amor Presente, como forma de integrar família, alunos e educadores. O desafio é

lançado quando os pais são convidados a assumir por uma hora a sala de aula do filho, com todo o planejamento elaborado por eles. Já passaram pelas 19 turmas da escola cerca de 70 pais, com atividades variadas como exibição de filmes, pinturas, oficinas de culinária e artesanato, brincadeiras, gincanas e até teatro com o tema saúde bucal feito por uma mãe odontóloga. A professora da turma acompanha e auxilia no processo, dando suporte pedagógico para que os pais se sintam tranquilos enquanto estão à frente das aulas. (<http://folhabv.com.br/noticia/Projeto-leva-familias-a-assumirem-a-sala-de-aula-dos-filhos-por-uma-hora/17713>).

É importante que a escola ajude a família a perceber os benefícios da sua participação na vida escolar dos alunos, entretanto, não basta apenas mencionar essa relevância através das palavras, é fundamental que as palavras gerem ações, que contribuam para o bom desempenho dos alunos, principalmente, quando se trata da inclusão dos alunos com deficiência. Se, num primeiro momento, a escola vê a família como mais um problema a ser tratado, quando estabelece uma parceria, percebe que a presença da família torna-se uma aliada na busca de soluções para diversos obstáculos que surgem no cotidiano escolar, que impedem o sucesso da implementação das políticas educacionais inclusivas.

Ramos (2016) aponta ações do projeto pedagógico desenvolvido pela Escola Viva, em Cotia, no Estado de São Paulo, direcionadas à Educação Inclusiva, são elas:

- Ter como filosofia da educação a base teórica construtivista que considera as diferenças na aprendizagem dos indivíduos.
- Conscientizar a comunidade de que o deficiente não vai atrapalhar a aprendizagem dos outros, e sim ajudá-los a vivenciar uma nova experiência como ser humano e solidário.
- Ter uma equipe de professores e funcionários preparada para lidar com situações inusitadas, como um aluno que necessite de ajuda para usar o banheiro ou que prefira estar a maior parte do tempo fora da sala de aula.
- Matricular os alunos que apresentam deficiência nas classes correspondentes a sua idade cronológica, para que construam, ainda que com defasagem mental, uma idade social.
- Não priorizar a aprendizagem dos conteúdos educacionais em detrimento da aprendizagem de vida.
- Elaborar planos didáticos não mais mediante parâmetros preestabelecidos, mas levando em conta a realidade dos alunos.
- Avaliar a aprendizagem considerando o potencial do aluno, e não as exigências do sistema escolar.
- Em casos muito extremos, com alta agressividade ou passividade absoluta, aconselhar os pais a buscar ajuda médica.
- Não ter medo de, muitas vezes, aliar a intuição aos conhecimentos de natureza psicopedagógicas. (RAMOS, 2016, p. 37 e 38).

A prática da filosofia construtivista valoriza a interação entre os sujeitos e a valorização dessa interação requer algumas mudanças no cotidiano escolar, o

tradicionalismo escolar precisa ser revisto para que a escola possa proporcionar um ambiente favorável ao convívio entre os sujeitos.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), da Rede Municipal de Educação de Simão Pereira, a construção de um ambiente escolar acolhedor e mediador é uma das questões relevantes para a educação simonense. Entretanto, durante a pesquisa de campo, observamos a ausência da família, a indisciplina dos alunos, e à falta de interesse pela aprendizagem. Tais fatos nos levaram a pensar na necessidade de mudança nas práticas pedagógicas, para que se possa trazer a família para junto da escola e despertar o interesse e a vontade do aluno pelos saberes escolares, e assim construir um ambiente acolhedor e mediador.

Uma situação passível de mudança é a disposição das carteiras em sala de aula, de forma que facilite a formação de grupos, proporcionando a aprendizagem coletiva ao invés da aprendizagem individual. Ramos (2016, p. 38) relata que, ao organizarem o espaço escolar de forma que os alunos pudessem se agrupar, “o professor observou que, no caso do aluno com deficiência, sua proximidade com os colegas enseja a troca de conhecimentos. No caso dos outros alunos nota-se o sentimento de solidariedade, mesmo naqueles que ainda possam ter alguma resistência com relação à deficiência”.

A formação continuada também é contemplada pelo PPP e pelo PMDE, que, através da Secretaria Municipal de Educação, promove reuniões internas com o propósito de trocar experiências entre os professores, debater temas, ministrar palestras, discutir as necessidades e possibilidades de cada instituição e ministrar cursos, simpósios e grupos de estudos. Porém, no decorrer das entrevistas, algumas professoras disseram que se sentem sozinhas e despreparadas e pouco aproveitam daquilo que ouvem nas palestras e cursos que realizam e ainda ressaltaram a falta de apoio não só por parte da família, mas também dos próprios colegas de trabalho. Diante desse quadro, percebe-se a necessidade de mudanças no planejamento desses encontros, afim de que eles possam de fato contribuir para formação dos professores e não serem apenas meras formalidades para cumprimento das diretrizes formuladas para a educação simonense.

O fato de haver professores, que pensam que seus alunos com deficiência não acompanham a turma e até atrapalham o andamento da mesma, mostra o despreparo do corpo docente e da escola para atuar num contexto de educação inclusiva. Isso faz com que o aluno acabe por ser vítima de discriminação.

É importante que o professor esteja preparado para lidar com as diversas situações inusitadas que surgem ao longo do caminho, para que possa desempenhar com êxito seu papel de promover o desenvolvimento pleno do aluno.

A capacitação dos professores deve privilegiar ações pedagógicas inovadoras, direcionadas para a relação ensino/aprendizagem que, aliadas ao conhecimento específico, que cada professor traz de sua disciplina, possa contribuir para amenizar as dificuldades e dar suporte para o planejamento das aulas.

Em se tratando da capacitação do corpo docente, a sugestão de uma das professoras chamou a atenção, ela mencionou a vontade de conhecer o trabalho realizado por uma escola pública, no município de Juiz de Fora, que desenvolve um trabalho voltado para alunos com deficiência. A sugestão da professora é de muita valia, pois demonstra o interesse em aprender novas pedagogias, observando a prática pedagógica, voltada para as diversas deficiências e posteriormente, aplicando seu aprendizado em sua sala de aula.

Outro fator de extrema importância para o desenvolvimento do aluno dentro das instituições de ensino é a preparação também dos outros funcionários da escola como: gestores, coordenadores, supervisores, secretários, merendeiras, serventes e demais funcionários que compõem a equipe escolar. De acordo com Ramos (2016, p.42) "o preparo de todos os funcionários da escola é o que proporciona o êxito da inclusão. De nada adianta o professor ser capacitado a desenvolver seu trabalho se aqueles que estão no entorno não se aperceberem do processo". É importante que, nas reuniões da escola, toda a equipe escolar seja convidada a participar. e que, entre os temas a ser abordados, também se encontre a inclusão escolar.

A importância da troca de experiências entre professores e profissionais especializados também surge como um problema que impede e/ou dificulta o desenvolvimento do aluno com grandes dificuldades de aprendizagem ou com algum tipo de deficiência intelectual, pois o município tem alguns especialistas como fonoaudiólogo e psicólogo, mas a atuação desses profissionais não se desenvolve em conjunto com os professores e isso impede a troca de experiência entre professoras e profissionais especializados, o que impossibilita um melhor entendimento sobre as questões que envolvem o aluno. A formação de uma equipe multiprofissional auxilia muito na implementação das políticas educacionais, mas faz-se necessário que haja uma integração entre todos os profissionais, onde a

experiência de um contribui para o aprimoramento da capacidade dos outros. O trabalho em conjunto gera segurança, cria metas em comum e fortalece a todos.

Para Ramos (2016), um fator de muita polêmica em relação à inclusão dos alunos com deficiência é a matrícula dos mesmos, principalmente, quando se trata de alunos com deficiência mental. A autora chama atenção para a necessidade de se colocar o aluno na turma que corresponde à sua idade cronológica, isso porque o aluno necessita construir sua identidade social e, é através da convivência com pessoas de sua faixa etária, que o aluno com deficiência aprende hábitos próprios para sua idade.

No PMDE, no Art. 2º, que se refere às diretrizes do PME, no Inciso III, aparece o compromisso com a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação", entretanto observa-se, através dos apontamentos do corpo docente, que a existência de conceitos equivocados sobre inclusão e/ ou a falta de maiores esclarecimentos sobre o que é e como promover a inclusão dos alunos com deficiência faz com que as práticas pedagógicas contribuam mais para a exclusão do que para a inclusão.

Quando a escola opta por formar turmas homogêneas, deixando aqueles que apresentam sérios comprometimentos de aprendizagem e que possuem algum tipo de deficiência intelectual separados dos demais, ela está discriminando, promovendo a exclusão no interior da própria escola. Essa atitude classificatória posiciona-se contrariamente ao compromisso do PMDE e do PPP do município, para promover a inclusão. Portanto, é importante rever os critérios utilizados pelas as escolas da rede regular para organizarem suas turmas.

Sabemos que, hoje, os conteúdos escolares vão muito além dos conhecimentos científicos, a escola passou também a trabalhar com temas transversais, voltados para a formação de valores e inserção social, devido ao fato de muitas famílias, em função de inúmeras razões, deixarem a cargo da escola toda a responsabilidade pela educação de seus filhos. Diante das diferenças de valores entre escola e família surge uma relação conflituosa. Ramos (2016, p. 48) menciona a necessidade de não somente ensinar e desenvolver conteúdos curriculares e novos conceitos, mas também de praticá-los. Ressalta ainda a necessidade de elaboração de um plano didático que valorize a realidade do aluno, e essa

valorização da realidade é considerada pela autora como uma “verdadeira mudança na concepção da prática pedagógica”. Mantoan (2013) também ressalta:

Pontos cruciais do ensinar a turma toda são o respeito à identidade sociocultural dos alunos e a valorização da capacidade de entendimento que cada um deles tem do mundo e de si mesmos. Nesse sentido, ensinar a turma toda reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem um tecido colorido de conhecimento, cujos fios expressam diferentes possibilidades de interpretação e de entendimento de um grupo de pessoas que atua cooperativamente. (MANTOAN, 2013, p. 65 e 66).

Independente da deficiência apresentada pelo aluno, o professor deve focar no seu potencial para aprender e conviver. As pessoas com deficiência lidam, diariamente, com suas limitações, e todos os dias, superam inúmeros obstáculos, portanto devemos, como professores, valorizar as capacidades e direcionar nossas práticas pedagógicas para o desenvolvimento das habilidades de nossos alunos.

Não devemos ignorar o importante papel da família para a educação escolar dos alunos, se a família não apoia, faz-se ausente e deixa a cargo da escola, toda a responsabilidade pela educação de seus filhos, então é preciso ouvir essas famílias, entender seus problemas, dar a elas a assistência na medida das suas necessidades, e trazê-las para junto da escola, a fim de que ela possa participar da vida escolar de seus filhos.

Estabelecer parcerias entre as Secretarias de Educação, Saúde e Cultura, conforme mencionada por uma das professoras, também é algo importante para o município, pois essas três Secretarias, em um trabalho unificado tornam-se uma equipe com grande potencial, pois juntas se fortalecem e criam uma diversidade de “fios” que abrem diferentes caminhos para promover não só a inclusão escolar, mas também a inclusão em toda a sociedade simonense.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, surgiram vários movimentos sociais no Brasil, com o intuito de combater discriminações e preconceitos e reivindicar direitos que visam o respeito, a dignidade e a justiça. Diante desse contexto, encontram-se as políticas públicas que visam criar ações para solucionar problemas de ordem social. Assim, as políticas públicas trazem um sistema de metas e planos que visam o bem-estar da sociedade, mas, como nem sempre elas atendem de fato as necessidades do povo, então há necessidade de intervenção social e essa intervenção adquiriu força a partir dos movimentos sociais.

As políticas educacionais estão inseridas nas políticas sociais e sofrem diversas modificações do decorrer dos anos para melhor atender as necessidades da sociedade. A partir da luta social pela inclusão dos alunos com deficiência, ações governamentais são formuladas para garantir a pessoa com deficiência o direito à educação, nas instituições de ensino regular, de forma que elas possam receber os meios adequados para desenvolver suas habilidades e competências.

No município de Simão Pereira, foram criados o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino (PPP) e o Plano Municipal Decenal de Educação (PMDE) que contemplam o direito das pessoas com deficiência a ter o acesso às escolas regulares da rede e, dentro das possibilidades do município, está o compromisso de prover os meios para o seu desenvolvimento cognitivo e social.

Garantir o direito à igualdade de oportunidades, combater preconceitos e discriminações, promover um ambiente acolhedor e uma educação de qualidade são algumas das metas estabelecidas pelas políticas educacionais inclusivas do município de Simão Pereira, entretanto, sabemos que nem sempre a implementação das políticas públicas se dá em conformidade com a formulação das mesmas.

No decorrer dessa pesquisa, pôde-se perceber alguns obstáculos na implementação das políticas educacionais inclusivas e, dentre esses, o que mais se destacou foi a falta de apoio familiar na vida escolar dos alunos, para explicar tal problema, as professoras entrevistadas levantaram algumas hipóteses como a baixa renda escolaridade das famílias. Aliado a esse obstáculo surgiu também fatores internos como a falta de parceria entre professores e profissionais especializados e entre as Secretarias de Educação, Cultura e Saúde, e a falta de uma capacitação

profissional que atenda às reais necessidades do corpo docente do município, tais problemas de ordem interna também dificultam a efetivação das políticas educacionais inclusivas.

Não foi objetivo desta pesquisa buscar “culpados” pelos problemas que dificultam a implementação da inclusão das pessoas com deficiência, pois não acreditamos que haja “culpados”, mas acreditamos que haja conceitos equivocados que promovem ações indevidas e contrárias à inclusão.

O município de Simão Pereira caminha rumo a efetivação das políticas educacionais inclusivas, mas ainda há necessidade de alguns “ajustes” que diminuam os limites e aumentem as possibilidades de sucesso.

Esperamos que os apontamentos que emergiram a partir das observações de campo e da voz do corpo docente, possam contribuir para o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais inclusivas no município de Simão Pereira.

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA (MG): LIMITES E POSSIBILIDADES DE EFETIVAÇÃO

Pesquisador: SANDRALIA DE OLIVEIRA NEVES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 57433517.7.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Educação da UFJF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.085.014

Apresentação do Projeto:

Apresentação do projeto está clara, detalhada de forma objetiva, descreve as bases científicas que justificam o estudo, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, Item III.

Objetivo da Pesquisa:

No resumo está escrito que a finalidade é "estudar a formulação das políticas", porém, no objetivo primário está: "descrever e analisar o processo de implementação de políticas educacionais". Recomendo alterar o resumo, porque estudar a formulação não é igual a estudar a implementação.

Apesar desta diferença, a maioria dos objetivos da pesquisa está bem delimitada, apresentam clareza e compatibilidade com a proposta, tendo adequação da metodologia aos objetivos pretendido, de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013, Item 3.4.1 - 4. O objetivo pesquisar, colocado como objetivo secundário em "pesquisar os problemas que mais sobressaem", não é um objetivo específico, pesquisar é o objetivo de todo o projeto apresentado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo e está adequadamente

Endereço: JOSE LOURENÇO KELMER S/N
 Bairro: SÃO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3793 Fax: (32)1102-3793 E-mail: cas.propes@ufjf.edu.br



Continuação de Projeto: 1.065/14

descritos, considerando que os indivíduos não sofrerão qualquer dano ou sofrerão prejuízo pela participação ou pela negação de participação na pesquisa e benefícios esperados. A avaliação dos Riscos e Benefícios está de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, itens III; III.2 e V.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Na metodologia não estão descritas onde será feita a observação, como os participantes serão abordados e onde, nem está explicitado como e onde as entrevistas serão feitas e como será aplicado o questionário para os participantes.

Em relação aos critérios de exclusão, não se pode dizer que a não concordância do participante seja critério de exclusão. Critérios de exclusão são os que retiram do universo que irá participar, aqueles que não poderiam por causa de fatores internos à investigação, como os que afetariam os resultados, ou fatores externos de força maior, como, estar em licença saúde, ou estar viajando a trabalho.

O projeto utilizará fontes secundária de dados, que são, por exemplo, os dados demográficos, que o texto do projeto afirma que irá buscar no IBGE e na prefeitura.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A declaração de Intra está assinada, mas sem carimbo.

O TOLE não diz claramente que o participante será observado e entrevistado, nem diz que ele ficará com uma via original do Termo.

Recomendações:

Recomendo revisar a redação do texto do projeto em alguns pontos em que não foram obedecidas as normas de concordância verbal e nominal. Recomendo fazer isso também para os instrumentos de coleta, por exemplo a primeira questão da entrevista.

Sugiro trocar pesquisar, nos objetivos secundários, que é algo extremamente vago para, por exemplo, identificar os problemas que mais cobressaem.

Traçar metas não é objetivo investigativo, quando se faz uma pesquisa. Porém na Pesquisa Ação é diferente. Entendo que o projeto pode ser de uma pesquisa ação, seria isso? Deveria mencionar isso na metodologia.

Resumos de projetos de pesquisa devem relatar a metodologia que se propõe usar na investigação.

Endereço: JOSE LOURENÇO KELMERSIN
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (22)2102-3785 Fax: (22)1102-3785 E-mail: ces.propeco@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer 0265/2014

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- 1) Descrever onde será feita a observação, como os participantes serão abordados e onde, descrever como e onde as entrevistas serão realizadas e como será aplicado o questionário para os participantes.
- 2) Alterar os critérios de exclusão.
- 3) No TCLE devem estar explícitos: que instrumentos de coleta de dados serão aplicados aos participantes. Por exemplo: "o Sr.(a) será entrevistado(a), observado(a) e terá que responder a um questionário aplicado pela pesquisadora".
- 4) No TCLE deve estar escrito que o participante ficará com uma via original daquele Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que a outra via original ficará arquivada pela pesquisadora.
- 5) Alterar cronograma, pois as observações não podem se iniciar em 01/09/2017. A coleta de dados deverá ser estimada após a reunião prevista para reanálise do projeto. Segundo o CNS (Conselho Nacional de Saúde), sua pesquisa só deverá ser iniciada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Norma Operacional 001/2013 - CNS item 3.3 f.
- 6) Afirmar que haverá uso de fontes secundárias de dados nos campos pênsetes.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº 001/2013 - CNS, manifesta-se pela **PENDÊNCIA** do protocolo de pesquisa proposto, devendo o pesquisador providenciar as correções listadas, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possamos liberar o parecer. Com o intuito de agilizar o processo de tramitação dos projetos de pesquisa no CEP, solicita-se que o(a) pesquisador(a) destaque claramente no item "Outras informações, justificativas ou considerações a critério do pesquisador" as pendências atendidas e justifique as não atendidas, sem prejuízo das modificações necessárias nos documentos constantes do protocolo do projeto de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_852415.pdf	22/04/2017 09:44:16		Acerto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura.pdf	12/04/2017 19:14:49	SANDRA LIA DE OLIVEIRA NEVES	Acerto

Endereço: JOSE LOURENÇO NEIMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (031)32-3765 Fax: (031)32-3765 E-mail: cep@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer 2085/14

Outros	Questionario.pdf	06/04/2017 16:27:25	SANDRALIA DE OLIVEIRA NEVES	Acerto
Outros	Entrevista.pdf	06/04/2017 16:29:22	SANDRALIA DE OLIVEIRA NEVES	Acerto
Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	07/04/2017 12:45:55	SANDRALIA DE OLIVEIRA NEVES	Acerto
TGLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TGS.pdf	07/04/2017 06:21:12	SANDRALIA DE OLIVEIRA NEVES	Acerto
TGLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TGLE.pdf	06/04/2017 22:00:31	SANDRALIA DE OLIVEIRA NEVES	Acerto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	06/04/2017 21:57:55	SANDRALIA DE OLIVEIRA NEVES	Acerto

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Aprovação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 25 de Maio de 2017

Assinado por:

Patriola Aparecida Fontes Vieira
(Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENÇO RIEBER S/N
Bairro: SÃO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)3102-3755 Fax: (32)3102-3755 E-mail: cap.proposicoes@ufjf.br

ANEXO 2 – Autorização da Secretaria Municipal de Educação.

PREFEITURA DE
SIMÃO PEREIRA

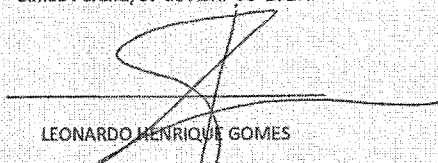
ADMINISTRAÇÃO 2017-2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO

Eu, Leonardo Henrique Gomes, na qualidade de Secretário Municipal de Educação de Simão Pereira (MG), autorizo a realização de a pesquisa intitulada "A Implementação das Políticas Públicas de Educação Inclusiva na Rede Municipal de Simão Pereira (MG): limites e possibilidades de efetivação," a ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora Sandra Lia de Oliveira Neves; e DECLARO que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética da UFJF para a referida pesquisa.

Simão Pereira, 07 de Abril de 2017.


LEONARDO HENRIQUE GOMES

Secretário Municipal de Educação de Simão Pereira

ANEXO 3 – Lei Orgânica do Município de Simão Pereira.

CAPÍTULO IV

Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto

Art. 155 - O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§1º - Terão prioridade aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

§2º - A lei dispõe sobre a assistência aos idosos, a maternidade e às excepções.

§3º - Compete ao Município auxiliar e promover a educação e estabelecer, segundo a lei, a infância, a juventude e as medidas preventivas e repressivas, garantindo-lhes o acesso a creches, jardins de infância e centros de educação infantil.

§4º - Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

- I - auxílio às famílias numerosas e sem recursos;
- II - acção contra os males que são instrumentos da desorganização da família;
- III - estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, física, social e intelectual da juventude;
- IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem à protecção e educação da criança;
- V - apoio ao trabalho doméstico, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito ao voto;
- VI - colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios para a execução do programa dos maiores desfavorecidos ou deserdados, através de programas adequados de assistência social.

Art. 156 - O Município estimulará o desenvolvimento das oficinas das artes, das letras e da cultura em geral, observando o disposto na Constituição Federal.

§1º - Ao Município compete, sucessivamente, quando necessário, a regulação, tutela e a criação de órgãos de cultura.

§2º - A lei dispõe sobre a criação de datas comemorativas de alta importância para o Município e os municípios integrantes do município que compõem a comunidade local.

§3º - A administração municipal pode, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para tranquear seu acesso e circulação necessários.

§4º - Ao Município caberá proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 157 - O dever do Município com a Educação abrange, segundo a lei, a garantia de

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão do ensino médio e gratuito ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, excetável mediante mandato de injunção.

§2º - O não-atendimento do ensino obrigatório pelo Município, de sua oferta regular, importa responsabilidade de autoridades competentes.

§3º - Compete ao Poder Público reconhecer os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 148 - O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 149 - O ensino oficial do Município será ministrado em todos os graus e estará predominantemente no ensino fundamental e pré-escolar.

§1º - O ensino religioso de caráter facultativo, constitui disciplina das matérias das escolas oficiais do Município em conformidade com o art. 201, §§1º e 2º da Constituição Federal, e art. 205, Parágrafo Único da Constituição do Estado.

§2º - O ensino fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa.

Art. 150 - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais de educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo órgão competente.

Art. 151 - Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que atendam as condições:

I - comprovem condições não-financeiras e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município, no caso de encerramento de suas atividades.

§1º - Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, de forma de lei, para os que comprovarem insuficiência de recursos, quando houver vagas e custos regulares de nível público na localidade de residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na cidade.

Art. 152 - O Município auxiliará, pelas verbas de seu orçamento, as organizações beneficentes, culturais e amadoras, nos termos da Lei, sendo amadoras e as demais terão prioridade de uso de estádios, campos e instalações de propriedade do Município.

Art. 153 - O Município manterá o professorato municipal em nível econômico, social e moral à altura de suas funções.

Art. 164 - A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 165 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco (25%) por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 166 - É de competência comum da União, do Estado e do Município, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

CAPÍTULO V

Da Política Urbana

Art. 167 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

§3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 168 - O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§1º O Município poderá mediante lei específica, para área incluindo no plano diretor, exigir nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;

II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.

§2º Poderá também o Município organizar fazendas, orientadas ou administradas pelo Poder Público, destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

Art. 169 - São isentos de tributos os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 170 - Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbano o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

Art. 171 - O Município promoverá, em consonância com sua política urbana e respeitadas as disposições do plano diretor, programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.

ANEXO 4 – Lei Municipal que aprova o Plano Decenal de Educação.



PREFEITURA DE
SIMÃO PEREIRA

ADMINISTRAÇÃO 2015-2016

LEI MUNICIPAL Nº 797 DE 23 DE JUNHO DE 2015

“Aprova o Plano Municipal
Decenal Educação - PME e dá outras
providências.”

O Prefeito Municipal de Simão Pereira – MG, Dr. Kelsen de Oliveira Valle, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, faz saber que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Municipal Decenal de Educação - PMDE, com vigência até junho de 2024, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;


Kelsen de Oliveira Valle
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DE
SIMÃO PEREIRA

ADMINISTRAÇÃO 2015-2016

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos da educação básica, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação - SME;

II - Câmara dos vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

Art. 6º O município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do PME articuladas e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com outros órgãos relacionados a Educação.

Kely
KELY DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL



PREFEITURA DE
SIMÃO PEREIRA

ADMINISTRAÇÃO 2013-2016

§ 2º As conferências de educação realizar-se-ão com intervalo de até 2 (dois) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º O município em regime de colaboração com a União, o Estado de Minas Gerais atuará, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá aos gestores do município a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O Município criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município e o Estado de Minas Gerais incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

Art. 8º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9º. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado de Minas Gerais, e o Município, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 10. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará a Câmara dos Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de

Kelsen de Oliveira Vellozo



PREFEITURA DE
SIMÃO PEREIRA

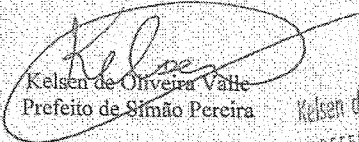
ADMINISTRAÇÃO 2013-2016

Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11. Revoga-se a Lei Municipal nº 561, de 16 de dezembro de 2005, que aprovou o Plano Municipal de Educação de Simão Pereira para o período de 2005 a 2015.


Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Simão Pereira, 23 de Junho de 2015.


Kelsen de Oliveira Valle
Prefeito de Simão Pereira

Kelsen de Oliveira Valle
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Afixada
Em 23/06/2015


Christiane Brum da Silva
Chefe de Governo

BIBLIOGRAFIA

BENITEZ, P., DOMENICONI, C. **Inclusão Escolar**: o papel dos Agentes Educacionais Brasileiros. *Psicologia Ciência e Profissão*: v. 35, n 4, Brasília Out./Dez. 2015 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401007. Acesso em: 20/03/2017.

BISOL, C. A., VALENTINI, C. B. **Objeto Virtual de Aprendizagem Incluir**: Recursos para a Formação de Professores Visando à Inclusão. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 20, p. 223 – 234. Abr – Jun, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n2/06.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 3. ed. rev. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, [1988].

_____. Ministério da Educação. **Programas e Ações**. <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes>. Acesso em 13/07/2016.

_____. Sec. de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf. Acesso em 19/07/2016.

_____. Sec. de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades acentuadas de aprendizagem – *deficiência múltipla*. 4. ed. / elaboração profª Ana Maria de Godói – Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et.al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Livro Digital)

_____. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf> Acesso em 14/07/2016.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 16/05/2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024)** Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 02/07/2015.

COSTA, V. A. LEME, E. S. **Educação Inclusiva e Plano Nacional de Educação: percurso entre direito e experiência formativa.** 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-3518.pdf>. Acesso em: 09/01/2017.

DAINEZ, D., SMOLKA, A. L. B. **A Função Social da Escola em Tempos de Educação Inclusiva: uma discussão necessária.** 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-3654.pdf>. Acesso em: 05/10/2016.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 16/dez./2014.

DOMINGOS, BARRADAS, RAINHA, NEVES. **A Teoria de Bernstein em Sociologia da Educação.** Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa, 1986.

DRAGO, R. e RODRIGUES, P. S. **Diversidade e Exclusão na Escola: em busca da inclusão.** Revista FACEVV – 2008 – Número 1 Disponível: <http://www.facevv.edu.br/Revista/01/DIVERSIDADE%20E%20EXCLUS%C3%83O%20NA%20ESCOLA%20EM%20BUSCA%20DA%20INCLUS%C3%83O.pdf>. Acesso em: 17/08/2014.

FOLHA WEB. **Projeto leva famílias a assumirem a sala de aula dos filhos por uma hora.** Boa Vista, 29 de junho de 2016. Disponível em: <http://folhabv.com.br/noticia/Projeto-leva-familias-a-assumirem-a-sala-de-aula-dos-filhos-por-uma-hora/17713>. Acesso em: 09/02/2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARRIDO, S. G. **Um Panorama sobre a Educação Inclusiva no Brasil – Uma Política de Atendimento Educacional ou uma Mera Prestação de Serviços?** 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-3791.pdf>. Acesso em: 05/10/2016.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 13/07/2016.

GOMES, C. G. S., MENDES, E. G. **Escolarização Inclusiva de Alunos com Autismo na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.** Rev. Bras. Ed. Esp.,

Marília, v. 16, n. 3, p. 375 – 396. Set. – Dez, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000300005. Acesso em: 20/03/2017.

GUARINELLO, A. C., BERBERIAN, A. P., SANTANA, A. P., MASSI, G., PAULA, M. **A Inserção do Aluno Surdo no Ensino Regular**: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. Rev. Bras. Ed. Esp. Marília. v.12, n. 3, p. 317 – 330. Set – Dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000300003. Acesso em: 20/03/2017.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010**. <http://cod.ibge.gov.br/2ZQS>. Acesso em 02/08/2016.

LIMAS, Daniel. **21 de setembro: Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência**. Vida Mais Livre, 19 de setembro de 2014. Disponível em: <http://vidamaislivre.com.br/especiais/21-de-setembro-dia-nacional-de-luta-da-pessoa-com-deficiencia/>. Acesso em: 04/11/16.

LIPPE, E. O., ALVES, F. S., CAMARGO, E. P. **Análise do Processo Inclusivo em uma Escola Estadual no Município de Bauru**: a voz de um aluno com deficiência visual. Revista Ensaio. Belo Horizonte, v. 14, n. 02, p. 81 – 94. Maio – Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epec/v14n2/1983-2117-epec-14-02-00081.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

LUIZ, F. M. R., De BORTOLI, P. S., FLORA-SANTOS, M., NASCIMENTO, L. C. **A Inclusão da Criança com Síndrome de Down na Rede Regular de Ensino**: desafios e possibilidades. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília. Set – Dez., v. 14, n. 3, p. 497 – 508, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n3/v14n3a11.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

MACHADO, M.L.C.de A., SENNA, L.A.G. **As Políticas Públicas inclusivas e o sujeito do fracasso escolar**. RevistAleph – ISSN 1807-6211/ Dez. 2012 – Ano VI – Nº 18. Disponível em: revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/download/34/29. Acesso em: 09/01/2017.

MALLMANN, F. M., CONTO, J., BAGAROLLO, M. F., FRANÇA, D. M. V. R. **A Inclusão do aluno Surdo no Ensino Médio e Ensino Profissionalizante**: um Olhar para os Discursos dos Educadores. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n.1, p. 131 – 146, Jan – Mar., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n1/a10v20n1.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

MANTOAN, M. T. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. 5 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. **Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n 1, p. 9 – 22, Jan – Mar., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000100002>. Acesso em: 13/10/2016.

MICHELS, M. H., GARCIA, R. M. C. **Sistema Educacional Inclusivo: conceito e implicações na Política Educacional Brasileira**. Cad. Cedes, Campinas, v.34, n. 93, p. 157 – 173, maio – ago. 2014. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09/01/2017.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CEE nº 424/03**. Propõe normas para a Educação Especial na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, 22 maio 2003 a. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/%7BF1D74B0D-78A7-4D3E-BD56-355CF4762BDA%7D_parecer_424_educacao_especial.pdf> Acesso em: 3 jan. 2015.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE Nº 451/03**. Belo Horizonte, 27 maio 2003b. Disponível em: <<http://www.proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/forummineiro/arquivos/resolucao.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

_____. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>.> Acesso em: 8 jul. 2015.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de desenvolvimento do aluno**. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=plano+de+desenvolvimento+individual+do+aluno> Acesso em: 3 jan. 2015.

MONTEIRO, A. P. H., MANZINI, E. J. **Mudanças nas Concepções do Professor do Ensino Fundamental em Relação à Inclusão após a Entrada de Alunos Com Deficiência em sua Classe**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Jan. – Abr., v. 14, n. 1, p. 35 – 52, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000100004. Acesso em: 20/03/2017.

MUSIS, C. R. e CARVALHO, S. P. **Representações Sociais de Professores Acerca do Aluno com Deficiência: a prática Educacional e o ideal do ajuste à Normalidade**. Educ. Soc. Campinas, v. 31, n 110, p. 201 – 217, Jan. – Mar. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20/03/2017.

O'BRIEN, J. O'BRIEN, C. L. A Inclusão como uma Força para a Renovação da Escola. IN: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

OLIVEIRA, H. X. de, JUSTI, J., ANTUNES, J. M. **Caracterização de processos inclusivos em ambiente educacional**. ISSN 2176-1396. Disponível em: educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16866_8540.pdf. Acesso em: 09/01/2017.

PACHECO, José... et.al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAÍN, S. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Tradução Ana Maria Netto Machado. – Porto Alegre: Artmed, 1985.

PEREIRA, M. F. D. R. **Educação Especial: a inclusão escolar na perspectiva do acolhimento como uma ação diferenciadora nas escolas da rede regular de ensino**. Universidade Estadual da Paraíba - 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5968/1/PDF%20-%20Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Dias%20Rocha%20Pereira.pdf>. Acesso em: 09/01/2017.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na Prática – Estratégias Eficazes para a Educação Inclusiva**. 3 ed. – São Paulo: Summus, 2016.

SAMPAIO, C. S. **A Complexidade do Processo Ensino/Aprendizagem e a Possibilidade de uma Prática Pedagógica Inclusiva na Escola de Ensino Fundamental**. UNIRIO, GT: Educação Fundamental/n.13, CAPES. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/t131.pdf>. Acesso em: 05/10/2016.

SANTIAGO, M. C., SANTOS, M. P. **Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios em questão**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 485 – 502. Abr. – Jun., 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/45248/33415>. Acesso em: 20/03/2017.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Projeto “Escola de Pais” leva família para a sala de aula e transforma a vida dos filhos**. São José dos Campos, 16 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/projeto-escola-de-pais-leva-familia-para-a-sala-de-aula-e-transforma-a-vida-dos-filhos/>. Acesso em: 09/02/2018.

SILVA, A. M., MENDES, E. G. **Psicologia e Inclusão Escolar: novas possibilidades de intervir preventivamente sobre problemas comportamentais**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 1, p. 53 – 70, Jan – Mar., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000100005. Acesso em: 20/03/2017.

SILVEIRA, K. A., ENUMO, S. R. F., ROSA, E. M. **Concepções de Professores sobre Inclusão Escolar e Interações em Ambiente Inclusivo: uma Revisão de Literatura**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 4, p. 695 – 708, Out. – Dez., 2012. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/41428730/Conceptions_of_teachers_on_school_inclus20160122-13160-xza5fh.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1488888593&Signature=KQicysKttjAkb5wnda5lnX9YtCY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DConcepcoes_de_professores_sobre_inclusa.o.pdf. Acesso em: 09/01/2017.

SIMÃO PEREIRA. **Plano Municipal Decenal de Educação (2015-2024)**. Simão_Pereira_-_Lei_nº_797_-_PDME_-_C. <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 15/06/2016.

_____. Secretaria Municipal de Educação **Projeto Político Pedagógico**. 2016.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento Escolar**. 2016.

SPESSATO, Nayara. **Escola desenvolve projeto que incentiva leitura familiar**. Maringá, 18 de setembro de 2013. Disponível em: <http://blogs.odiariorio.com/odiarionaescola/2013/09/18/escola-desenvolve-projeto-que-incentiva-leitura-familiar/>. Acesso em: 09/02/2018.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TOLEDO, E. H., VITALIANO, C. R. **Formação de Professores por Meio de Pesquisa Colaborativa com Vistas à Inclusão de Alunos Com Deficiência Intelectual**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 2, p. 319 – 336. Abr. – Jun., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000200010. Acesso em: 20/03/2017.

VIEIRA, C. M., DENARI, F. E. **Programa Informativo sobre Deficiência Mental e Inclusão: Mudanças nas Atitudes Sociais de Crianças Sem Deficiência**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n. 2, p. 265 – 282. Abr. – Jun., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n2/v18n2a07.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.